



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA

**ESTILHAÇOS DE UMA CIDADE:
NO LIMIAR DO TRABALHO PRECÁRIO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

ISABELLI ANJOS DA SILVA

Foz do Iguaçu
Ano2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

**ESTILHAÇOS DE UMA CIDADE:
NO LIMIAR DO TRABALHO PRECÁRIO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

ISABELLI ANJOS DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Waldemir Rosa

Foz do Iguaçu
Ano 2025

ISABELLI ANJOS DA SILVA

ESTILHAÇOS DE UMA CIDADE:
NO LIMIAR DO TRABALHO PRECÁRIO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

A todos aqueles que sustentam o mundo nas costas.

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre as dinâmicas entre trabalho e cidade, a partir do relato dos entregadores de delivery que atuam e ocupam a parte central da cidade de São Paulo, de bicicleta, com uma bag nas costas, carregando o peso de toda uma cidade, percorrendo ruas e avenidas, becos e travessas, se deslocando entre diferentes pontos, enquanto atendem pedidos de entrega de um lugar a outro. A pesquisa foi realizada na região da Avenida Paulista, Rua Augusta, Rua Bela Cintra, Rua Consolação, Rua Angelica e Frei Caneca, para compreender a relação dos trabalhos precários de plataforma de delivery com a brutalidade dos grandes centros urbanos. Por meio da pesquisa etnográfica de observação participante, desenvolvi conversas e diálogos em campo com os entregadores. O material obtido por meio desses encontros conduziu a pesquisa, com temas que surgiram em suas falas, assim como suas percepções e vivências quanto ao trabalho e a cidade, e quanto ao trabalho na cidade.

Palavras-chave: Trabalho precário; cidade; trabalho na cidade; entregadores; plataforma de delivery; Avenida Paulista

RESUMEN

Este trabajo busca reflexionar sobre las dinámicas entre el trabajo y la ciudad a partir del relato de los repartidores de delivery que operan y ocupan la zona central de la ciudad de São Paulo en bicicleta, con una mochila en la espalda, cargando el peso de toda una ciudad, recorriendo calles y avenidas, callejones y pasajes, desplazándose entre distintos puntos mientras realizan entregas de un lugar a otro. La investigación se llevó a cabo en la región de la Avenida Paulista, Calle Augusta, Calle Bela Cintra, Calle Consolação, Calle Angélica y Calle Frei Caneca, con el objetivo de comprender la relación entre los trabajos precarios en plataformas de delivery y la brutalidad de los grandes centros urbanos. A través de una investigación etnográfica basada en la observación participante, entablé conversaciones y diálogos en el lugar con los repartidores. El material obtenido en estos encuentros guió la investigación hacia los temas que emergieron de sus relatos, así como sus percepciones y experiencias sobre el trabajo y la ciudad, y sobre el trabajo en la ciudad.

Palabras clave: Trabajo precario; ciudad; trabajo en la ciudad; repartidores; plataforma de delivery; Avenida Paulista.

ABSTRACT

This work seeks to reflect on the dynamics between work and the city, based on the reports of delivery drivers who work and occupy the central part of the city of São Paulo on bicycles with a bag on their back, carrying the weight of an entire city, traveling through streets and avenues, alleys and lanes, moving between different points, while fulfilling delivery orders from one place to another. A survey was carried out in the region of Avenida Paulista, Rua Augusta, Rua Bela Cintra, Rua Consolação, Rua Angélica and Frei Caneca, to understand the relationship between precarious delivery platform work and the brutality of large cities. Through ethnographic participant observation research, I developed conversations and dialogues in the field with delivery people. The material obtained through these meetings corresponded to the research, with themes that emerged in their speeches, as well as their perceptions and experiences regarding work and the city, and regarding work in the city.

Key words: Precarious work; city; work in the city; delivery drivers; delivery platform; Avenida Paulista.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Do outro lado: a travessia da periferia ao “centro”	13
Fotografia 2: Caos ordenado: regras e fluxos da cidade	28
Fotografia 3: Lambe feito por Lola (instagram: @lola_gioporai)	35
Fotografia 4: Spencil feito por Lola (instagram: @lola_gioporai)	38
Fotografia 5: Avenida Paulista: onde tudo acontece	41
Fotografia 6: Bela Cintra: entre ruas e travessas	61
Fotografia 7: Lambe feito por Lola (instagram: @lola_gioporai)	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Dados
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O MUNDO DO TRABALHO E A CIDADE: TODA ANTROPOLOGIA URBANA É UMA ANTROPOLOGIA PESSOAL	15
2.1 UMA ANTROPOLOGIA URBANA POSSÍVEL: AS MÚLTIPLAS SÃO PAULO	15
2.2 A URBANIZAÇÃO DA CIDADE E A RELAÇÃO COM O TRABALHO ..	18
2.3 CENÁRIO TRABALHISTA NO BRASIL	20
2.4 TRABALHO DE PLATAFORMA NA CIDADE	26
3. O CAMPO NA CIDADE: RELATO DOS ENTREGADORES NO CENTRO DE SÃO PAULO	31
3.1. BREVE RELATO SOBRE OS ENTREGADORES	31
3.2. COMO COMEÇARAM A TRABALHAR EM APLICATIVOS DE DELIVERY	32
3.3. DESLOCAMENTO: DA PERIFERIA AO CENTRO	38
3.4. MEIO DE TRABALHO	42
3.5. CONDIÇÕES DE TRABALHO	45
3.6. RELAÇÃO COM A CIDADE POR MEIO DO TRABALHO	55
3.7 POPULAÇÕES AFETADAS PELO TRABALHO PRECÁRIO E PELA BRUTALIDADE DOS GRANDES CENTROS URBANOS: UMA QUESTÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRABALHO E CIDADE, TRABALHO NA CIDADE	65
REFERÊNCIAS	69

1. INTRODUÇÃO

Uma vez li que escrever é como viver duas vezes, no sentido de que, para escrever, é preciso viver, para depois transcrever o que foi vivido. Gostaria a princípio de que a escrita fosse uma forma de vislumbrar as experiências e vivências de diversas pessoas que trabalham na região central da cidade de São Paulo como entregadores de *delivery*, e por meio dela, podermos escutar e se sensibilizar com as vivências e as experiências que foram vividas na pele por essas pessoas. Podermos, sobretudo, dar espaço ao outro em nós mesmos, ao vermos os relatos do seu dia a dia. O filósofo Maurice Merleau-Ponty tem um trecho quanto a isso:

(...) e, súbito, irrompe a evidência de que também acolá, minuto por minuto, a vida é vivida: em algum lugar atrás desses olhos, atrás desses gestos, ou melhor, diante deles, ou ainda em torno deles, vindo de não sei que fundo falso do espaço, outro mundo privado transparece através do tecido do meu, e por um momento é nele que vivo (...). No próprio instante, porém, em que creio partilhar da vida de outrem, não faço mais que reencontrá-la em seus confins, em seus polos exteriores. É dentro do mundo que nos comunicamos, através daquilo que nossa vida tem de articulado (MERLEAU-PONTY, 2019, p. 24).

É a partir das experiências com o mundo que temos um espaço comum e podemos partilhar um pouco mais desse mundo “privado”, que afinal, não é tão privado assim, pois as experiências são coletivas, apesar de singulares. Os fragmentos de um relato partem de um conjunto, de um coletivo (ROLNIK, 2004, p. 19). Nesse sentido, um dos princípios dessa pesquisa, é ouvir os relatos dos trabalhadores de *delivery* que carregam o peso de toda uma cidade nas costas, encontrar os pontos em comum entre todos, como também a singularidade de cada relato.

Sendo assim, a escrita etnográfica como método do trabalho antropológico, é uma forma de relatar a vida das pessoas e do contexto que buscamos compreender. Seria a “nossa própria construção das construções das pessoas” (GEERTZ, 1989, p. 19).

A escuta e o contato com os sujeitos da pesquisa nos levam a compreender o outro e nos aproximarmos de sua realidade. Embora exista a impossibilidade de visualizar e relatar a realidade desde esse outro olhar que é do sujeito, podemos compartilhar de seu mundo, não pensando apenas sobre ele, mas estando nele, se propondo a estar junto e visualizar de forma conjunta

a realidade. Mesmo tendo olhares e interpretações distintas, estamos juntos numa mesma realidade, nos encontramos em um ponto em comum.

O que posso alcançar do outro, é o que está no mundo e o que partilhamos sobre ele, como nos diz Merleau-Ponty (2019). Dessa forma, ao estar em contato com o outro, estou também em contato com as formas nas quais ele interpreta e vivência sua própria realidade. Desse modo, ao mesmo tempo que o antropólogo (a) afeta, também é afetado (SILVA, 2009).

Pensando sobre esses pontos de encontro, a pesquisa é desenvolvida no contexto do centro de São Paulo, na Avenida Paulista e suas famosas travessas, como Ruas Augusta, Bela Cintra, Consolação, Angélica e Frei Caneca, como as principais. Essa parte central é simbólica, sobretudo a Avenida Paulista, por representar o centro do capital financeiro não só do país, mas de toda a América do Sul, com seus prédios altos e imponentes que nos fazem sentir minúsculos, como formigas perambulando na cidade. Seus prédios espelhados fazendo reverência ao modelo nova iorquino, que nos dá a impressão de impessoalidade com o lugar; suas ruas sempre movimentadas, seus estabelecimentos que nunca fecham, e a noite que nunca acaba, pois São Paulo é a cidade que não dorme, como bem diz o ditado.

A todo instante a cidade se moderniza como polo comercial, econômico, cultural e social, e, no entanto, desde o alto de seus grandes prédios ao asfalto de suas grandes avenidas, temos uma mesma realidade que diverge entre si, pois ao passo que a cidade avança, ela também cria ainda mais desigualdade.

Nesse sentido, ao pensarmos nessa grande cidade que é São Paulo, tendo enfoque em sua parte central, torna-se impossível dissociar de suas dinâmicas de trabalho, que é inclusive o que faz toda a engrenagem da cidade permanecer funcionando.

Durante anos de graduação, percebi que a antropologia clássica por muito tempo se ocupou apenas em estudar tudo aquilo que considerava diverso ou totalmente alheio a ela mesma, pesquisando apenas sociedades fora do horizonte ocidental, na época vistos como distantes de nossa própria realidade, sem olhar para dentro e perceber a multiplicidade cultural, social, política e econômica em nosso próprio contexto.

Tive essa inquietação latente e pensei comigo que, se fosse produzir algo, seria algo com que me relaciono e que de certa forma faz parte da minha vida.

Durante os primeiros anos de pandemia, quando ainda estava vivendo em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, para cursar a graduação em antropologia na UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), precisei voltar para São Paulo por conta da COVID-19¹ que assolava o mundo. A princípio, tive um choque muito grande, porque havia me desabituatedo a viver na lógica do tempo urbano de uma metrópole de mais de 17 milhões de pessoas, com sua velocidade de circulação, de fluxos de mercadoria, de pessoas, de carros e do capital em ritmo acelerado (ROLNIK, 2004). O tempo fora do contexto metropolitano me levaram ao estranhamento quando regressei. Para mim, foi como desvelar um mundo novo, embora sempre tenha vivido nele.

Durante os primeiros meses que voltei, ainda em 2020, percebi que em pouco tempo a cidade e suas formas de circulação já não eram as mesmas. Ao tomar o trem da cidade de Ribeirão Pires, na região do ABC² Paulista (onde moro), até o centro da cidade de São Paulo, presenciei diversos rapazes com uma *bag* nas costas carregando suas bicicletas, se deslocando de cidades longínquas até o centro de São Paulo para trabalhar. Numa dessas, encontrei por acaso com um amigo, também morador da mesma cidade que vivo, esperando o trem com a *bag* nas costas. Na hora perguntei para onde estava indo, e ele me respondeu que para a Avenida Paulista fazer entregas, porque dizia que lá tinha muito mais demanda comparado à cidade que vivíamos.

¹ A COVID-19 foi classificada como pandemia global no ano de 2020, por seus efeitos graves e contagiosos de distribuição global.

² O Grande ABC está no sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e é composto por sete municípios Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. O nome ABC refere-se a letra inicial das três primeiras cidades indicadas.



Fotografia 1: Do outro lado: a travessia da periferia ao “centro”

Fonte: Autoria própria (18/11/2024)

Ao mesmo tempo que presenciava isso de forma contínua, meu pai passou a trabalhar como motorista na plataforma Uber³, pois ficou desempregado. Para não passar muito tempo sem emprego e sem renda, passou a atuar na plataforma. Lembro dele iniciar o trabalho em torno das 5h da manhã e chegar em casa só depois da 00h.

Penso hoje que essas questões naturalmente chegaram até mim, na minha realidade, no meu contexto, no meu cotidiano e no meu campo de visão. Aos poucos, passou a ser algo que integra parte da paisagem da minha vida e da vida de tantas outras pessoas ao meu redor. Hoje, esses trabalhos integram uma paisagem global no mundo do trabalho. Algo que começou a crescer de forma vertiginosa, e que agora se expande a passos largos, principalmente em grandes cidades como São Paulo.

Nesse sentido, nos capítulos a seguir, abordaremos a antropologia urbana, e como ela contribui na compreensão dos fluxos, dos movimentos, das normas e regras da cidade, bem como a cidade acontece mediante seus

³A UBER é uma empresa global de plataforma de serviços de transporte individual de passageiros e de entregas.

fenômenos urbanos: o trabalho. Pensar por sua vez, por meio da sociologia do trabalho, em como as dinâmicas de trabalho e da cidade acontecem de forma conjunta, e como isso é vivenciado pelos entregadores todos os dias, tendo em vista temas que perpassam as questões e as condições do trabalho na cidade.

2. O MUNDO DO TRABALHO E A CIDADE: TODA ANTROPOLOGIA URBANA É UMA ANTROPOLOGIA PESSOAL

2.1 UMA ANTROPOLOGIA URBANA POSSÍVEL: AS MÚLTIPLAS SÃO PAULO

O mundo do trabalho, assim como a cidade passam por processos de transformações constantes. Ao passo que as cidades se urbanizam e se modernizam com latência, passam a abrigar novas dinâmicas de trabalho, e juntas, estabelecem uma relação entre si. Raquel Rolnik (2004) utiliza o termo *cidade como imã*, ao tratar da cidade como um lugar permanente de trabalho, pois a cidade e o trabalho são fenômenos que ocorrem de forma simultânea.

Sendo assim, passei a explorar o campo da antropologia urbana, e nela encontrar formas e trejeitos de observar a cidade, seu tempo, suas regras, seu caos ordenado, e de refletir a metrópole e a multiplicidade de populações que ela abriga. Em textos como *A antropologia urbana e seus desafios* (2003), Magnani se faz a seguinte pergunta: Qual a especificidade da antropologia urbana?

Proponho a hipótese de que a antropologia tem uma contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas (...) (MAGNANI, 2003, p. 83)

Com isso, podemos ter em mente que no ambiente urbano há uma larga diversidade de populações que protagonizam o dia a dia das cidades de diferentes formas. Quando pensamos nesse contexto das grandes cidades e das metrópoles, somos levados a pensar em seu caos, no vai e vem de seus carros, na correria das pessoas, porém, dentro do caos, existe uma ordem, um caos que é ordenado. Ao se deixar ser invadido pela cidade, percebemos a sua ordem, a sua norma, as suas regras, seu ritmo e seus mecanismos (MAGNANI, 2003). A sua regulação de fluxos com semáforos, com faixas de pedestres, das entradas de serviços. Os seus movimentos permitidos como também os bloqueados, ordenando seu ritmo (ROLNIK, 2004).

A cidade com seu ritmo acelerado produz o dinamismo dos sujeitos, atribuindo a forma como nos relacionamos com o tempo, com a cidade, com o trabalho, com o lazer e com nossas próprias relações. Nesse sentido, Simmel nos diz que é uma cidade voltada para a produção do mercado, e é por meio

dessa lógica que a cidade é gerida (SIMMEL, 1973). “A lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão, que emerge a partir das práticas econômicas do grande comércio e da manufatura, penetra assim na produção do espaço, com planos e projetos debaixo do braço” (ROLNIK, 2004, p.58).

Há uma discrepância inerente a vida urbana, em que cada grupo vivência a cidade de formas diferentes em decorrência das clivagens de classe social, raça e gênero. Dessa maneira, a cidade alcança cada um de diferentes formas.

Em São Paulo existem muitas SP's, e dentro de uma realidade, há muitos contrastes. Há a modernização e a exclusão, a periferia e o centro, duas realidades que se contradizem e se confrontam entre si, como um jogo de espelhos, em que os cenários se invertem quando se deparam um de frente para o outro.

Ao pensarmos o contexto da região da Avenida Paulista, e suas travessas, logo percebemos tais contrastes, pois diversas populações ocupam o mesmo espaço, sendo moradores da periferia ou do centro, seja para desfrutar de lazer ou a trabalho. A cidade parece um grande estilhaço, em que há diferentes partes que quando juntas, montam um quebra-cabeça (ROLNIK, 2004), e ao mesmo tempo que existimos num mesmo contexto, isso não isenta as diferentes vivências.

Foi possível perceber que não se podia acoplar a paisagem urbana a uma só modalidade de espaço público, mas era preciso distinguir as formas em que esse espaço público se apresentava e era trabalhado pelos usuários, o que redundava em diferentes dinâmicas urbanas e de sociabilidade (MAGNANI, 2003, p. 90).

A paisagem urbana é modelada conforme seus atores sociais, pois são eles quem constroem a cidade. A cidade se apresenta de diferentes formas para cada pessoa, pois “são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços” (MAGNANI, 1996, p. 39).

Ao irmos ao centro de São Paulo, na região da Avenida Paulista e das suas travessas, logo nos defrontamos com o movimento constante dos entregadores de *delivery*, como algo que agora integrasse a paisagem urbana. Vemos repetidamente um entregador(a) subindo e descendo, indo e vindo, de um lado para outro. Somos constantemente atravessados por eles e por esse tipo de trabalho no qual atuam.

Para além de percebermos essas movimentações, é interessante

pensarmos qual a relação das grandes cidades com esse tipo de trabalho, pois é nela que vemos em maior latência essa atividade acontecer. Pensarmos em como os entregadores se relacionam com a cidade por meio do trabalho, já que passam grande parte do dia trabalhando. Em como integram e em como essa paisagem urbana se apresenta a cada um. São essas reflexões que vão norteando a pesquisa e traçando um pouco do que abordaremos.

Tendo em vista isso, é importante pontuarmos o meu papel e lugar enquanto antropóloga nessa pesquisa de cunho etnográfico, pois essa pesquisa também se dá com o meu olhar e minha presença enquanto pessoa que está escrevendo e pesquisando. É um olhar que também interpreta a realidade, contrariando alguns campos do pensamento antropológico, ou mesmo das ciências sociais, mais ortodoxos e acríticos, que levaram a cabo de que a pesquisa deve ser neutra e traduzir somente o ponto de vista dos atores sociais da realidade que estudamos. Essa lógica de pensamento nos leva ao lugar presunçoso de achar que apenas transmitimos o que os atores sociais nos relatam e de que somos porta vozes de tudo o que dizem, sem nunca nos colocarmos como sujeito em nossa própria pesquisa. “Uma cena etnográfica só é confiável quando o etnógrafo se inclui na paisagem desenhada” (SILVA, 2009, p. 179). Quanto ao trabalho etnográfico em campo, Magnani nos diz:

Com base nas observações desses autores e de muitos outros antropólogos que sempre refletiram sobre seu trabalho de campo, é possível concluir, de maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para captar e descrever a lógica de suas representações e visão de mundo, mas para, numa relação de troca, comparar suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2003, p. 85).

A pesquisa se constrói a partir desse encontro e do que dele surge, sendo sempre algo da ordem do inesperado, como mencionado acima. A pessoa pesquisadora com seu recorte teórico em contato com o mundo e com as teorias do outro, em seu modo de perceber, em suas explicações e em suas formas de conceber o mundo, faz disso uma potência, ou como nos diz Magnani (2003), um modelo novo de entendimento, uma reflexão inovadora.

O trabalho de campo, enquanto um recorte da realidade, é também um

trabalho de reflexão que se dá pelo encontro entre sujeitos da pesquisa e a antropóloga, em que se aprende e cria outras referências. A partir desse contato é que se gera novas reflexões. Os atores sociais, lidos como aqueles que protagonizam a pesquisa, não são apenas um meio para obtenção de informações acerca do contexto que buscamos compreender, mas são o próprio conhecimento quanto a isso (GUBER, 2004).

Por isso, é de extrema importância a relação que se dá entre os sujeitos da pesquisa e a antropóloga, já que é por meio desse contato que se torna possível um conhecimento social, que, para Rosana Guber (2004), é a instância máxima de conhecimento. O campo, a etnografia e o trabalho antropológico só são possíveis quando a pessoa pesquisadora se implica na própria pesquisa e passa a tecer uma relação com o outro.

2.2 A URBANIZAÇÃO DA CIDADE E A RELAÇÃO COM O TRABALHO

Quando pensamos na palavra urbanização, logo nos vem imagens a cabeça que remetem ao cinza do asfalto, do concreto, e de tudo que é duro e inflexível, no entanto, o processo de urbanização se estende para muito além disso. A construção das cidades grandes, ou as metrópoles que são geralmente conglomerados urbanos que transcendem os limites de uma única cidade, se construíram por meio de migrações dentro do próprio país, como é o caso de São Paulo. Grande parte da população que hoje habita esse território e que construiu toda a cidade foram aqueles que se deslocaram para ela, principalmente pela busca por trabalho. Ainda hoje, a cidade de São Paulo é conhecida como uma das capitais do trabalho.

Ao longo das décadas, São Paulo foi se consolidando como uma das maiores metrópoles do hemisfério sul, e a maior do Brasil. A partir da década de 1950, se nota de forma bastante significativa a urbanização e a aglomeração urbana, que ao longo dos anos cresceu de forma exponencial (SANTOS, 1993). Isso se deu, principalmente, pelo êxodo rural, em especial da região Nordeste do Brasil, em que as populações foram em busca de trabalho nas grandes indústrias que se encontravam na região sudeste, e por sua vez, São Paulo.

Para Santos (1993), isso muda toda a configuração espacial e ocorre o que chamamos de “fenômeno da urbanização” e “macro urbanização”, em que

a espacialização da cidade é pensada por meio do trabalho, aglomerando as populações para intensificar sua capacidade produtiva. Existe a mercantilização dos espaços, assim como existe a mercantilização das populações, pois a cidade é marcada pela divisão da sociedade de classes, em que alguns possuem os meios de produção, enquanto outros vendem sua força de trabalho (ROLNIK, 2004).

Há com isso, o excesso de produção de pobreza, pois a cidade se forma por meio de uma socialização capitalista que favorece a periferização, sobretudo da população negra e pobre, por meio de atividades com diversos níveis de capital: a *divisão internacional do trabalho*. O capital absorve a população de trabalhadores para prestar serviços baratos, enquanto retém o lucro de seu trabalho.

A avenida Paulista é um símbolo disso, desde sua formação serviu como centro de grandes atividades econômicas, com grandes cafezais em toda a sua extensão, se beneficiando por meio da força de trabalho dos trabalhadores. Quanto a isso, em seu texto *A urbanização brasileira*, de Milton Santos nos diz o seguinte:

A urbanização crescente é uma fatalidade neste país, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades pequenas (SANTOS, 1993, p. 121).

Dessa forma, Santos afirma que a urbanização se desenvolve de formas desiguais, o que, por sua vez, precariza a vida de grande parte das populações, pois o desenvolvimento das grandes cidades e a acentuação da urbanização, ocorrem por meio da relação na qual desenvolvem com o trabalho. É indissociável pensarmos a cidade sem a sua relação com questões trabalhistas, já que ela se forma e se caracteriza por isso.

Segundo Milton Santos, durante a década de 1960, São Paulo já era uma das cidades mais ricas do país e ainda hoje perpetua esse posto, sendo a cidade mais rica do Estado de São Paulo segundo dados divulgados em 2024 pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)⁴. No entanto, mesmo

⁴Disponível em: <https://www.seade.gov.br/regiao-de-ribeirao-preto-e-a-9a-mais-rica-do-estado->

sendo uma cidade privilegiada nesse sentido, a sua riqueza não é distribuída, por seguir um modelo capitalista que é monopolista, em que se concentra a riqueza para uns poucos, e que socializa a pobreza para muitos.

Dessa forma, para Milton Santos (1998), a cidade se encontra cada vez mais dividida entre as diferenciações sociais, de classe, de raça e de gênero, pois ela é pensada e vivenciada por um viés econômico e não social. Como consequência temos uma ampliação cada vez mais profunda das diferenças.

Assim, um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos. O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social. A lei da escassez se afirma, então, com mais força, e se ampliam as diferenças já existentes entre lugares urbanos, do ponto de vista das amenidades (SANTOS, 1993, p. 96).

Seguindo esse raciocínio, a metrópole se caracteriza por suas cidades corporativas que atendem seus interesses próprios, sendo nesse caso o interesse de mercado. Desse modo, “a cidade é, via de regra, a sede do poder e portanto da classe dominante” (SINGER, 1973, p. 12), pois ao passo que a cidade enriquece, produz ainda mais desigualdade, e ao passo que se moderniza, cria modalidades de trabalho que aprofunda ainda mais a precarização.

A cidade torna-se, por sua vez, o centro da produção do trabalho, se construindo para atender uma demanda trabalhista e passando cada vez mais a produzir novas dinâmicas de trabalho. Nesse sentido, “a cidade pressupõe uma participação diferenciada das populações no processo de produção e distribuição, ou seja, uma sociedade de classe” (SINGER, 1973, p. 13).

2.3 CENÁRIO TRABALHISTA NO BRASIL

O contexto trabalhista no Brasil tem passado por grandes transformações durante os últimos anos, com o surgimento de novas modalidades de trabalho em detrimento do desaparecimento de outras. Além disso, houve grandes mudanças na legislação trabalhista e social, mudando toda a forma de

[de-sao-paulo/#:~:text=No%20ranking%2C%20aparece%20em%20primeiro,dos%20Campos%2C%20Sorocaba%20e%20Santos](#)

organização de trabalho que se deu até então.

Vemos constantemente as mudanças de nosso mundo social e das leis trabalhistas. Dinâmicas de trabalho que até pouco tempo atrás não existiam, passaram a ganhar força. Assistimos de perto todas essas transformações do mundo do trabalho e conseqüentemente do nosso contexto social. Não só presenciamos e assistimos a todas essas mudanças, como somos atravessados por elas.

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, o trabalho se formou de forma precária e insalubre, desde a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Dessa forma, sempre esteve presente um grau de instabilidade e informalidade no trabalho em regiões de menor desenvolvimento industrial, e hoje, vemos isso de forma crescente em todas as regiões do Brasil (DRUCK, 2013).

A situação de informalidade e precarização do trabalho já não é mais um caso isolado ou específico de um determinado contexto, mas se encontra hoje em todas as regiões e em todos os setores. Para Druck, essa condição de instabilidade atinge a todos, diferindo apenas em grau e “intensidade: (...) o sentido de ser ou estar precário numa condição não mais provisória, mas permanente” (DRUCK, 2013, p. 56).

Podíamos pensar antes que a posição de precariedade e instabilidade se dava num contexto específico de desemprego, no entanto, mesmo estando em condições de empregados, estamos vulneráveis, pois as leis de proteção ao trabalho que antes asseguravam isso foram reformuladas, regulamentando e institucionalizando a flexibilização e a precarização (ANTUNES, 1995).

No Brasil, durante os últimos anos, houve incontáveis reformas da legislação trabalhista aprovadas em um curto espaço de tempo. Com a ascensão de governos neoliberais e, mais recente, entre 2019 e 2022, com governos de extrema-direita, a agenda voltou-se inteiramente a um programa de mercado, colocando em pauta a devastação das leis trabalhistas que asseguravam proteção social ao trabalho até então.

No ano de 2017, com Michel Temer como presidente, foi aprovada a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que foi uma das mais profundas alterações feitas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contando com praticamente cem novas regras. Essa reforma trabalhista ocorreu em um

contexto de extrema vulnerabilidade, com um índice de desemprego crescente, usando como justificativa a *modernização* das leis trabalhistas, redução do desemprego e incentivo a novos postos de trabalho.

No entanto, o que vemos é diferente, pois a partir da reforma e a flexibilização dessas leis, se diluiu o vínculo empregatício entre patrão e trabalhador, colocando em voga terceirizações e subcontratações, trabalhos intermitentes e trabalhos informais de forma institucionalizada. Além disso, não muito distante, no ano de 2021 com o presidente Jair Bolsonaro, houve a continuação e aprofundamento da reforma de 2017, por meio da Lei Federal nº 10.854/2021, ampliando ainda mais a flexibilização das leis de trabalho, como já feito anteriormente por Temer.

A justificativa para esses processos era que todas as instituições do mundo do trabalho constituíam uma rigidez que devia ser eliminada para possibilitar a criação de emprego formal. No entanto, depois de uma década, a experiência de vários países mostra que, apesar dessas reformas, em lugar do aumento do emprego formal, o que se produziu foi um incremento do desemprego e da informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associado à insegurança das remunerações, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho etc. Argumentou-se que os maus resultados se deviam ao fato de as reformas não terem sido completadas, ficando na metade do caminho. No entanto, não dispomos de qualquer evidência de que uma dose maior de reformas desse tipo traria melhorias a essa situação. Pelo contrário, a experiência recente faz pensar que mais reformas talvez a piorasse ainda mais. (OIT; *apud* DRUCK, 2013, p. 58).

Por conseguinte, houve uma institucionalização da precarização que se expressa de forma permanente na insegurança do trabalho e a perda de grande parte dos direitos trabalhistas, conquistados tão assiduamente por trabalhadores de todo o país durante o avanço da industrialização e do crescimento da massa de trabalhadores, com reivindicações de seguridade social e trabalhista que fomentou a criação da CLT.

Para Druck, há hoje a mercantilização da força de trabalho, reconfigurando formas precárias de inserção ao trabalho assalariado em regime CLT, com subcontratações, terceirização, trabalho intermitente, contando também com a contratação via pejetização, que leva o trabalhador a constituir-se como pessoa jurídica, por meio de CNPJ, e assim não se configurar como vínculo empregatício, mas como uma prestação de serviços. Tais possibilidades

foram regulamentados pelas novas leis trabalhistas. Dado esse cenário, em função das inúmeras reformas, o regime CLT e o trabalho assalariado se encontram de forma degradada por conta da corrosão das leis trabalhistas e de seguridade social, que foram conquistas históricas da luta dos trabalhadores.

Por sua vez, o CLT atualmente passa por um processo de precarização, diferindo apenas em grau e intensidade. A precarização do trabalho em regime CLT é orquestrada de forma intencional desde projetos políticos, econômicos e sociais, para que haja mais precarização e mais exploração dos trabalhadores, pois as leis trabalhistas ainda hoje é a única forma de proteção social ao trabalho e a perda delas representa o seguinte:

Para uma parte dos trabalhadores, há perda de vínculos na condição de empregado, o que significa perda de direitos sociais e trabalhistas, numa clara demonstração de “desestabilização dos estáveis” (CASTEL, *apud* DRUCK, 2013, p. 62)

Nesse sentido, o que acontece é a desestruturação do mercado de trabalho e a ausência do papel do Estado como provedor de proteção social. Para Druck, a precarização se instala econômica, social e politicamente, por meio da precarização que agora é o polo central do desenvolvimento e mundialização capitalista que cresce a passos largos pelo mundo. Capitalismo esse gerido pelo capital financeiro e por políticas neoliberais de reestruturação produtiva que se caracteriza sobretudo por um projeto voltado para o mercado.

Com o desmantelamento do mercado de trabalho e das condições trabalhistas, há uma crescente situação de desemprego que se espalha por todos os meios. Isso não é apenas uma situação que nos ocorre, mas um projeto que, em situações de vulnerabilidade, justifique as mais variadas formas de inserção de trabalho como “alternativa” a esse cenário.

No plano social e do mercado de trabalho, os resultados das reformas na década de 1990 foram bastante decepcionantes na América Latina e no Caribe. O produto por trabalhador cresceu a uma taxa muito baixa e, ao mesmo tempo, observou-se um incremento do desemprego e do trabalho informal. Em alguns países, efetuaram-se reformas que flexibilizaram a contratação e a demissão, e, em muitos casos, foram abandonados mecanismos solidários de proteção social (...). Produziu-se, ainda, um enfraquecimento de algumas instituições do mundo do trabalho, em particular a negociação coletiva e dos mecanismos tradicionais de solução de conflitos, que se tornaram insuficientes e tiveram sua eficácia questionada. (DRUCK, 2013, p. 58).

Segundo nesse sentido, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante as últimas décadas, os dados apresentados apontam um quadro precário, com a ausência de trabalho decente. Ao que tudo indica, por meio desse documento, a OIT relata que é um problema que só tende a se aprofundar cada vez mais.

O relatório publicado pela OIT, indica ainda que houve um crescimento de emprego abaixo das necessidades e uma queda significativa da participação do salário como parte total da renda, sobretudo no continente latino-americano, e em nosso caso específico, no Brasil. Como consequência, houve um aumento exponencial da desigualdade social e de renda e “o custo desse aumento de instabilidade, em geral, foi pago muito mais pelos grupos de baixa renda” (OIT, 2008, p.2).

Segundo a OIT (2009), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “os jovens de 15 a 24 anos representavam 49% do total de desempregados no país em 2006” (DRUCK, 2013, p. 64). E na Pnad recente de 2023, os dados permanecem os mesmos, demonstrando ainda que grande parte dos afetados pelo desemprego continuam sendo os mais jovens, de 14 a 17 anos com 31,7% e de 18 a 24 anos 18%, somando metade da população⁵.

Temos atualmente mais trabalhadores desempregados e em situação de informalidade do que empregados, sobretudo em regiões metropolitanas. No que diz respeito as grandes cidades, as taxas metropolitanas de desemprego realizada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), o índice de desemprego não se reverteu. Na verdade, a condição de desempregado tornou-se parte permanente da paisagem urbana, afetando principalmente os mais jovens (DRUCK, 2013).

Pensando na questão do desemprego e no trabalho precário das metrópoles, houve “um êxodo de pobres que ficaram mais pobres nas aglomerações urbanas que cresciam sem poder oferecer empregos formais” (SANTOS, M. 1986, p. 49). A modernização da cidade, das leis trabalhistas e dos benefícios econômicos são seletivos, atendem somente uma classe: os burgueses, os super ricos, o mercado, o capital financeiro. Atendem todos

⁵Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/22/desemprego-entre-jovens-de-18-a-24-anos-e-mais-de-duas-vezes-superior-a-media-nacional.ghtml>

aqueles que não geram riqueza, mas se apropriam dela.

Enquanto a cidade cresce e avança, a oferta de empregos formais é reduzida, ao passo que cresce a informalidade. No plano de fundo dessa modernização, há desigualdade, falta de emprego, disparidade de renda e aprofundando do abismo social (SANTOS, 1986).

O modelo econômico da cidade voltada ao mercado e ao capital financeiro cria cada vez mais pobres e a precarização é um dos pilares que sustenta essa realidade. Vale ressaltar que precarização essa que é gerida por um modelo econômico, político e social que é capitalista, que visa o lucro em detrimento da qualidade de vida, que favorece os super ricos enquanto deixam os trabalhadores, a classe que vive do trabalho, a esmo.

Nas sociedades capitalistas “o valor de uso (o produto do trabalho concreto) não serve para a satisfação das necessidades. Ao inverso, sua essência consiste em satisfazer as necessidades do não-possuidor. Ao trabalhador lhe é completamente indiferente o tipo de valores de uso por ele produzido, não tendo com eles nenhuma relação. (ANTUNES, 2006, p. 128)

Por fim, a cidade como centro das maiores atividades comerciais é o que melhor representa o capitalismo, ao vermos num mesmo contexto diversas realidades que são contrastantes. É principalmente por meio do trabalho e das atividades presentes nela que se expressam a desigualdade de classe, de raça e de gênero, demonstrado por meio da disparidade de renda, de moradia, de qualidade de vida, de acesso à cidade, de acesso ao lazer etc. São as condições de produção da nossa subsistência que produzem a vida material e subjetiva, as formas de existência e a forma que vamos viver, como demonstrado a seguir:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da própria natureza dos meios de subsistência encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado apenas no sentido de ser ele a reprodução da existência física desses indivíduos. Ele é, antes um tipo determinado de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. [...] O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 1932, p. 14)

É nesse contexto de instabilidade no âmbito trabalhista, intensificado ainda mais pelo desemprego crescente e das desigualdades exorbitantes no contexto metropolitano de São Paulo que os mais variados modelos e condições

de trabalho se apresentam. Quanto a isso, abordaremos a respeito do trabalho realizado por entregadores e entregadoras de delivery na região central da cidade de São Paulo, que surgiu durante os últimos anos como uma nova modalidade de trabalho que tem crescido de forma bastante significativa, principalmente em contextos urbanos.

2.4 TRABALHO DE PLATAFORMA NA CIDADE

Sabemos que por vivermos no sistema capitalista, ainda hoje dependemos de forma exclusiva do trabalho como forma de subsistência. O trabalho, ainda hoje, possui centralidade em nossas vidas. Ainda hoje, a venda de nossa força de trabalho é a única forma de sobrevivência possível, e ao passo que se amplia a massa de trabalhadores, há uma redução imensa de empregos, e aqueles que permanecem empregados, presenciam cada vez mais a dissolução de seus direitos.

O trabalho assalariado que antes previa uma série de direitos, hoje se torna cada vez menor, e os que ainda existem, não conseguem suprimir a demanda de toda a classe trabalhadora que vive do trabalho. Para Antunes (2006), desde a década de 70, com o processo de reestruturação do capital e da crise de 2008, houve um processo de precarização permanente, em que se reduziu os trabalhos formais e industriais, o que, por sua vez, aumentou o *subproletariado* e o subemprego.

Passamos por um processo de transição no modelo de produção e uma adequação à nova fase do capital, que agora se caracteriza como uma sociedade de serviços, ou como ficou conhecido popularmente: setor de serviços. Com isso, ocorre um processo de deterioramento da sociedade salarial, como nos alerta Ruy Braga (2020), assim como um novo processo de acumulação, que se dá por meio de trabalhadores precarizados. Nesse sentido, os trabalhadores agora se caracterizam por ser uma “classe social sem garantias no emprego, com insegurança e instabilidade em relação à renda e sem uma identidade coletiva baseada nas relações de trabalho” (BRAGA, 2020)⁶.

Durante os últimos anos, presenciamos uma onda de desemprego crescente no Brasil e com isso novos modelos de trabalho passaram a ganhar

⁶Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/exploracao-e-desemprego-definem-precariado-diz-sociologo-ruy-braga>

força, sendo os trabalhos de plataforma o mais comum dentre eles. Esse contexto tornou-se ainda mais perceptível durante e após as reformas trabalhistas nos anos de 2017 e de 2021, pois com elas essas novas modalidades de trabalho tiveram o aval institucional para se instalarem no país.

Nesse contexto de tamanha instabilidade, de regressão quanto aos direitos trabalhistas e do desemprego estrutural crescente, surgem as novas modalidades de trabalho informal e precário. Junto a crise social, política, econômica e trabalhista, esses modelos de trabalho ganham força, principalmente os trabalhos de plataforma de entregadores de delivery que agora se configuram como um trabalho essencial, sobretudo nas grandes cidades como São Paulo. Hoje, o trabalho como entregador(a) de delivery é o que mantém toda a cidade de pé.

Ao irmos ao centro de São Paulo, na região da Avenida Paulista, é impossível não notarmos trabalhadores indo e vindo, subindo e descendo ruas com uma *bag* escrito “IFood”, “Rappi”, “Bee”⁷ nas costas, seja com uma bicicleta própria ou alugada, seja ela manual ou motorizada. Vemos entregadores durante o dia e durante a noite, tomando chuva e tomando sol. Independente das circunstâncias, estão circulando, tomando as avenidas, disputando vias que antes eram majoritariamente ocupadas por carros. Hoje o trabalho dos entregadores faz parte da paisagem urbana, dos fluxos das grandes cidades, do movimento de suas avenidas.

⁷ IFood, Rappi e Bee são plataformas de delivery de entregas que se popularizaram durante os últimos anos. As entregas realizadas nessas plataformas se dão por meio do trabalho de entregadores e entregadoras que atuam de bicicleta, moto ou carro.

Fotografia 2: Caos ordenado: regras e fluxos da cidade



Fonte: Autoria própria (05/06/2024)

Ao longo dos anos, essa realidade nos atravessa e cada dia está mais presente em nosso cotidiano. As grandes cidades é hoje o polo de entregadores de delivery por sua alta demanda, por atender aos pedidos 24h por dia, sem exceção. Podemos ver esses trabalhadores atuando durante a manhã, a tarde, a noite e a madrugada, porque assim como São Paulo é a cidade que não dorme, os seus trabalhadores também não. Nos parece que os trabalhos de plataforma se adequam perfeitamente às grandes metrópoles, e juntos, passam a construir as mesmas dinâmicas de funcionamento tanto de cidade quanto de trabalho, com seus fluxos e com sua velocidade de circulação.

Nesse sentido, o trabalho em plataforma surge com a intensificação da precarização, por meio de aplicativos em que trabalhadores atuam agora como prestadores de serviços, o que para Antunes (2018) representa uma nova categoria de *proletariado de serviços e infoproletariado*, justamente por se caracterizar por condições de informalidade.

Tendo em visto esse contexto, o trabalho por aplicativo se torna uma

alternativa em meio ao desemprego estrutural e a falta de empregos no mercado de trabalho. Agora, grande parte dos trabalhadores recorrem as plataformas de serviços por diversos motivos, mas todos por algo em comum: a dissolução do cenário trabalhista, a desestruturação dos trabalhos formais em regime CLT e o desemprego. Assim, vale ressaltarmos como se caracteriza o trabalho de plataforma dos entregadores de delivery que, de bicicleta carregam comida nas costas e ocupam os espaços nas ruas.

Esses trabalhos se dão de forma bastante peculiar, pois se caracterizam por não possuir vínculo trabalhista. Sendo assim, se perde todos os direitos, dentre os quais: o direito a remuneração fixa, ao espaço laboral definido, a jornadas de trabalho estabelecidas, a férias remuneradas, ao suporte em caso de acidente, entre outras coisas.

Esse modelo de trabalho é inserido por empresas globais como a *modernização do trabalho*, como a liberdade para trabalhar quando e onde quiser, sem patrão para dar ordens e estabelecer horários. No entanto, apesar de oferecem tal liberdade, não é de fato o que acontece, pois aplicam “a oferta de trabalho de acordo com a demanda, horário e preferência dos clientes de serviços, sendo que a falta de transparência desta programação permite intuir que há escolha de trabalhadores” (ARIANO, 2021, p. 309), além de que induzem maior produtividade por meio de prêmios, prolongando a jornada de trabalho com valores mal pagos.

Apesar de não possuírem quaisquer vínculos ou direitos, os trabalhadores que prestam serviços a essas plataformas trabalham para empresas privadas que retém o lucro e se beneficiam por meio desse trabalho, sem arcar com nada. As empresas privadas enquanto plataformas, dependem de trabalhadores invisibilizados pelo poder estatal e social, precarizados legalmente, para a exploração de seu trabalho.

Além disso, inserem o trabalhador numa posição de serem “patrões de si mesmos” ou “empreendedores”, como forma de burlar as leis de proteção ao trabalho, pois os trabalhadores não trabalham para si, trabalham para empresas (BRAGA, 2020). Se utilizam dessa posição de vulnerabilidade como forma de rentabilidade, sem reconhecer o vínculo empregatício.

Ao passo que essas empresas possuem tecnologia de ponta para fazer o aplicativo funcionar de forma global, utilizam os modelos mais arcaicos de

trabalho, com a espoliação dos direitos trabalhistas e mercantilização do trabalho. Tratam o trabalho humano apenas como mercadoria para gerar mais lucro (BRAGA, 2020). Dessa forma, “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2013, p. 392).

3. O CAMPO NA CIDADE: RELATO DOS ENTREGADORES NO CENTRO DE SÃO PAULO

Nesse terceiro capítulo, trago o relato dos entregadores que foram entrevistados durante o processo de pesquisa. Essa pesquisa só existe porque essas pessoas permitiram que, juntos, falássemos sobre suas vivências quanto ao trabalho, quanto a cidade e quanto suas próprias vidas. Os relatos apresentados aqui, são fragmentos de suas vidas, sendo a experiência real daqueles que vivem a realidade do trabalho e a brutalidade das grandes cidades todos os dias.

O trabalho e a cidade são obras coletivas, vivenciadas de forma conjunta entre milhares de trabalhadores e trabalhadoras que, apesar de virem de contextos e realidades diferentes, compõem o fragmento de um conjunto, parte de um coletivo (ROLNIK, 2004). A cidade se constrói a partir da relação que seus atores sociais desenvolvem com ela, pois são as práticas sociais que significam o espaço (MAGNANI, 1996). Nesse sentido, acredito que só somos capazes de tentar compreender um determinado contexto, se estamos em contato com as pessoas que os vivência.

Junto com os entregadores, nos propomos a conversar sobre a vivência deles quanto ao trabalho e a cidade de São Paulo. Sobre como vivenciam a experiência de trabalhar como entregadores de delivery de aplicativos na região da Avenida Paulista e das suas famosas travessas. Sobre como percebem suas próprias vivências quanto a isso. Sobre como é viver a cidade e o trabalho ao mesmo tempo etc.

3.1. BREVE RELATO SOBRE OS ENTREGADORES

Nesse processo de entrar em contato com os entregadores, me desloquei por meio de trens e metrô desde a cidade onde vivo, na região metropolitana de São Paulo até a Avenida Paulista. No dia 12 de abril de 2024 foi minha primeira saída a campo. Saí de casa durante a tarde, com apenas alguns termos de consentimento para entrevistar os trabalhadores e muito nervosismo no peito, pois “nenhum etnógrafo vai ao campo senão movido por incertezas, dúvidas e perguntas. Há algo no campo que ele não sabe e não conhece” (SILVA, 2009, p. 176)

O trabalho de campo ocorreu de forma bastante fluída, tendo conversas com os entregadores que encontrei enquanto caminhava pelas ruas e avenidas, a fim de reconhecer o campo (MAGNANI, 1996). Para não comprometer a identidade dos entregadores que fazem parte dessa pesquisa, optei por chamá-los de Entrevistados A; Entrevistado B; Entrevistado C; Entrevistado D; Entrevistado E. Nesse momento, farei uma breve apresentação deles:

O primeiro entregador com quem conversei foi o *Entrevistado D*, um senhor negro de 63 anos de idade que mora no bairro de Jaraguá em São Paulo. Para trabalhar como entregador de delivery nas plataformas, se desloca por meio de trens e metrô para chegar até sua região de trabalho, a Avenida Paulista.

No mesmo dia, também pude conversar de forma conjunta com os Entrevistados A, B e C. O *entrevistado A* é um homem negro de 32 anos. Atualmente vive em Brasilândia, periferia da Zona Norte de São Paulo. Ele atua como entregador na região comercial de São Paulo, como a Avenida Paulista. Se desloca desde Brasilândia até a Avenida Paulista de bicicleta, percorrendo 16km de ida e mais 16km de volta.

O *entrevistado B* é um jovem negro de 22 anos, mora em Itaquaquetuba, região do Alto Tietê de São Paulo. O *entrevistado B* começou a fazer entregas em 2023, na região da Avenida Paulista. O Entrevistado C é um jovem de 25 anos, morador de Poá, cidade localizada a 50km de distância da região da Avenida Paulista. Tanto o Entrevistado B quanto o C, se deslocam por meio de trens e metrô para chegar a Avenida Paulista, podendo levar cerca de uma hora e meia a duas horas de viagem, a depender do dia.

Na minha segunda saída de campo, no dia 5 de junho de 2024, conheci o *Entrevistado E*, um jovem negro que mora na Vila Prudente, bairro da cidade de São Paulo. Para se deslocar para a Avenida Paulista, utiliza o metrô.

3.2. COMO COMEÇARAM A TRABALHAR EM APLICATIVOS DE DELIVERY

Nos últimos anos, vivenciamos mudanças significativas no cenário trabalhista. Algumas modalidades de trabalho desapareceram, enquanto outras, como a dos entregadores de delivery, surgiram. Reformas trabalhistas foram implementadas, e o regime CLT sofreu alterações profundas.

Houve diversas reformas que ampliaram a degradação das leis

trabalhistas previstas na CLT, tornando o trabalho assalariado, antes assegurado, cada vez mais informal e “flexível”. Aqueles que permanecerem empregados formalmente, vivenciaram e continuam vivenciando a degradação de seus direitos. Esse contexto de insegurança precariza as condições dos trabalhadores, tornando o trabalho um espaço de sujeição, sofrimento, desumanização e precarização (ANTUNES, 2018).

Com esse cenário, “o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados” (ANTUNES, 2018, posição 485). O trabalho assalariado em regime CLT que antes previa uma série de direitos, passa por um processo de desestruturação e precarização, e os trabalhadores empregados formalmente agora se encontram entre a deterioração de suas condições de trabalho e o desemprego (ANTUNES, 2018). Essa condição é um dos elementos que propulsionam o setor de serviços como uma fonte de sobrevivência ao contexto de dissolução das condições de trabalho.

Durante as primeiras entrevistas, conheci o entrevistado B na estação de metrô da Consolação, na Avenida Paulista. Ele estava junto com mais alguns entregadores, os Entrevistados A e C. Todos eles estavam parados, esperando a notificação do celular anunciando uma nova entrega. Fui até eles e comentei sobre o tema da minha pesquisa, e todos prontamente se ofereceram para conversar sobre. Durante a conversa, perguntei para o Entrevistado B como começou a trabalhar com as entregas de delivery dos aplicativos:

Bom, minha história é que nem a de todo mundo. Comecei a trabalhar cedo como todo mundo e as entregas é um meio de refúgio pra quem tá desempregado e até melhor do que muita carteira assinada, tendeu?! Já foi melhor como o (entrevistado A) falou, já foi melhor, mas é o que tá dando pra sobreviver, melhor que muitos CLT aí, então a gente tá tacando marcha no dia a dia e é isso.

No relato do entrevistado B, ao dizer que o *delivery* é um refúgio para quem se encontra desempregado, nos leva a refletir que é justamente o cenário de desemprego e precariedade que produz essa outra modalidade de trabalho como alternativa ao desalento. Ao mesmo tempo que os dados de desemprego crescem e os postos de trabalho formais são reduzidos, o setor de serviços,

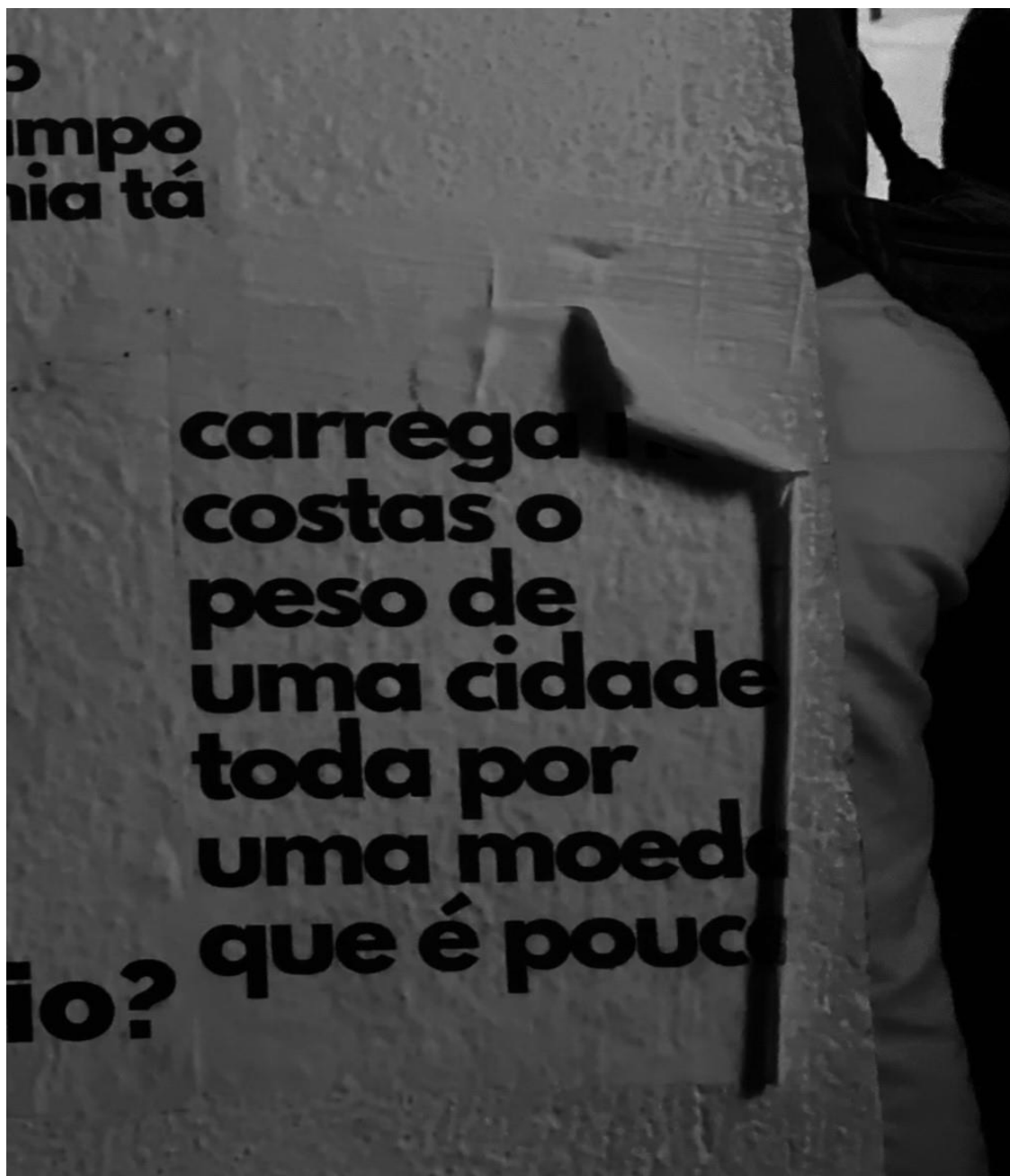
como é o caso da categoria dos entregadores, aumentam exponencialmente.

Segundo dados disponibilizados pelo IBGE⁸, a taxa de informalidade entre os trabalhadores no ano de 2024 foi de 38,8%, com mais de 39,968 milhões de trabalhadores informais. Esses dados são bastante significativos, pois vemos que grande parte da parcela de trabalhadores se encontra sem nenhum tipo de garantia de direitos.

Nessa nova morfologia do trabalho, com a deterioração do trabalho assalariado previsto na CLT, por meio de reformas trabalhistas, expulsam uma infinidade de trabalhadores que se tornam descartáveis e desempregados. Esse modelo de trabalho abre cada vez mais margem para justificar “a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada, a restrição e a limitação dos direitos, os novos métodos de organização sociotécnica do trabalho etc” (ANTUNES, 2018, posição 860). Portanto, ao mesmo tempo que temos trabalhadores informais, temos também aqueles que permanecem empregados formalmente, entre o limiar da precariedade, da má remuneração, da maximização e da insalubridade de seu trabalho, e a ameaça do desemprego.

Para Antunes, essa realidade se dá por meio da superexploração do trabalho, que produz mais desemprego e amplia a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho dos trabalhadores. Nesse cenário, o trabalho formal também assume características de informalidade, pois gera insegurança e precarização no âmbito do trabalho e das leis trabalhistas, com contratação de mão-de-obra terceirizada e intermitente, com jornadas exaustivas e com a maximização da produção etc.

⁸Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2024/10/31/ibge-aponta-que-pais-teve-taxa-de-informalidade-de-388-no-trimestre-ate-setembro.htm>



Fotografia 3: Lambe feito por Lola (instagram: @lola_giroporai)
Fonte: Autoria própria (09/05/2024)

Trata-se de um projeto político, econômico e social de precarização e de enfraquecimento do trabalho assalariado sob regime CLT, uma vez que o sistema de capitalista, para permanecer lucrando e acumulando, precisa destruir a única forma de garantia de direito dos trabalhadores: as leis trabalhistas.

Nesse sentido, quando conversei com o entrevistado D e perguntei como havia começado a trabalhar com entregas, a resposta foi a seguinte:

Antes eu trabalhava de porteiro, ficava na portaria. Ficar parado lá, sentado igual um bobo, doze horas dentro de um negócio 2x2 (dois por dois). Meu Deus do céu! Quando eu trabalhava de porteiro, foi aí que eu fui ficando doente, que eu tive diabetes, que eu engordei muito.

Com o relato do Entrevistado D, ele nos diz que passou por um processo de adoecimento em seu antigo trabalho como porteiro, pois passava 12h (doze horas) seguidas trabalhando, dentro de um ambiente minúsculo, em condições de trabalho que o adoecia. Isso nos leva a refletir que, até mesmo o único modelo de trabalho com garantias de direitos (CLT), também se encontra de forma precarizada, como também precarizava a vida das pessoas, por conta das reformas que deterioraram as condições de trabalhistas.

Para Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2021), a forma na qual existimos, depende das condições materiais que nos cercam, sendo o trabalho a principal delas, já que possui centralidade em nossas vidas e em nossa forma de subsistência. Assim, as condições de trabalho também refletem diretamente em nossas condições materiais e subjetivas, como vemos no relato do Entrevistado D, em que a estrutura de trabalho afetava sua saúde. Afetava, por sua vez, a condição da própria vida.

Quanto ao Entrevistado A, comentou que começou a trabalhar com entregas de delivery também por conta das más condições de trabalho em regime CLT, em que recebia uma remuneração inferior de que trabalhando como entregador:

Quando eu comecei no Ifood, trabalhava aqui na Paulista como vigilante na Cidade São Paulo. Aí comecei a fazer Ifood trabalhando, era 12x36, trabalhava um dia como vigilante e outro dia eu trabalhava como entregador. Só que eu fui vendo que tipo assim, a minha renda era melhor eu trabalhando pro Ifood. Então eu coloquei na balança e pra mim, não me arrependo até hoje.

No caso do Entrevistado A, a remuneração baixa em regime CLT foi um dos fatores para que ele passasse a fazer entregas pelo aplicativo. Dessa maneira, ao mesmo tempo que o trabalho em regime CLT não oferece uma boa remuneração, para possuir renda de forma autônoma se trabalha muito mais e por mais horas, porém, sem qualquer garantia de direitos.

Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia

do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, *pela redução de custos*, como os relativos a força de trabalho, além de exigir a flexibilização crescente dos contratos de trabalho. (ANTUNES, Ricardo, 2018, p. 37)

Nesse sentido, podemos pensar que a política de corrosão das condições trabalhistas em regime CLT amplia o trabalho informal. Essa condição é um projeto político, econômico e social que favorece sobretudo empresas globais privadas, que lucram por meio da exploração da força de trabalho e da dissolução da garantia de direitos que até então existia por meio do regime CLT.

Ao mesmo tempo que degradam as leis trabalhistas, usam desse contexto para explorar os trabalhadores, dessa vez sob o discurso da modernização do trabalho e da autonomia dos trabalhadores. Vendem a ideia de que o trabalhador que depende exclusivamente do trabalho para sobreviver é burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo (ANTUNES, 2018), enquanto ocultam a condição de assalariamento, de que os trabalhadores trabalham para o aplicativo, que são empresas privadas globais.

Em conversa com o Entrevistado A:

Eu parei de trabalhar pros outros, parei de tomar chicotada de patrão e hoje quem me dá chicotada é o Ifood. Mas tipo assim, eu mando nele, quando eu não quero trabalhar também, quando eu vejo que ele tá abusando demais de mim, eu desligo o aplicativo. Então tipo assim, parei de trabalhar pros outros. Foi uma forma que encontrei de eu fazer meu ganho, sem depender de ninguém.

Através do relato do Entrevistado A, vemos que a condição de estar empregado formalmente, quanto de estar vinculado de maneira informal, há “chicotadas”, como ele menciona. Há subordinação, há sofrimento, agora não mais pelo patrão diretamente, mas pelo aplicativo, que é uma empresa privada global, sem nenhuma lei de proteção social ao trabalho.

Nesse sentido, ao vermos o relato desses entregadores, percebemos que grande parte deles que trabalharam anteriormente em empregos formais, atuavam como porteiros. O trabalho no Brasil ainda hoje remonta a formação social escravagista de caráter mercantil ao precarizar principalmente a força de trabalho da população negra e pobre, que carrega na pele os efeitos da “herança” do trabalho escravocrata. Ainda hoje, o racismo estrutura a inserção

da população negra no mercado de trabalho, ao inserir essa população apenas em cargos de serventia. Antes atuavam como porteiros, agora atuam como entregadores, servindo, no entanto, sem qualquer garantia de direitos e de proteção social ao trabalho.

Ainda hoje, o trabalho da população negra e pobre é marcada pela exploração, precarização e espoliação, tendo seus direitos marginalizados, enquanto são inseridos em dinâmicas de trabalho precárias.



Fotografia 4:Spencil feito por Lola (instagram: @lola_giroporai)

Fonte:Autoria própria (09/05/2024)

Desse modo, segundo Marx e Engels (2016), temos o abalo constante de todas as condições sociais, em que obrigam todos a adotarem seu modelo de produção, degradando continuamente as condições trabalhistas e de proteção ao trabalho, por meio de seus projetos políticos, sociais, econômicos e de reformas trabalhistas.

3.3. DESLOCAMENTO: DA PERIFERIA AO CENTRO

Ao decorrer das entrevistas, conversando com os entrevistados, pude

perceber que todos eles não moram na região da Avenida Paulista, muito pelo contrário, todos se deslocam das margens da cidade para chegar ao centro. O deslocamento se dá de diversas formas, desde trens e metrô, até ônibus e bicicleta.

Em uma das conversas que tive com o Entrevistado A, ele comentou que a passagem de ônibus no valor de R\$ 5,00 está muito alta para que ele consiga arcar todos os dias, e que por isso, percorre de bicicleta 16km, desde Brasilândia, São Paulo, até a Avenida Paulista, e mais 16km no percurso de volta para casa. Todos os dias se descola da cidade onde vive para o centro, apenas e somente para trabalhar, sem nunca vivenciar esse espaço de outra forma para além do trabalho.

Entrevistado A: Ó minha menina aqui motorizada, mostra (bicicleta)! São só 16 quilômetros (KM) pra vir e 16km pra voltar (risos).

Eu: Então você vem todos os dias de bicicleta. Esse é o seu meio de transporte?

Entrevistado A: É! Eu vou ficar pagando cinco reais? Tá caro demais, dá não. Já tem que matar trinta leão, aí vai ser trinta e um. Não dá não.

Os aplicativos de delivery como IFood, Rappi, Bee, entre outros, vendem a promessa da liberdade de escolha, de que é possível trabalhar onde e quando quiser, no entanto, o aplicativo (grandes empresas multinacionais privadas) direcionam o trabalhador para as regiões que possuem maior demanda. Ao mesmo tempo que a empresa propõe que o trabalhador atue onde quiser, somente em regiões específicas as corridas de entregas acontecem. Esse deslocamento ao centro da cidade não acontece de forma voluntária, senão por uma demanda do próprio aplicativo. Quanto a isso:

Há um gerenciamento algorítmico em que são dadas as coordenadas por meio de regras que não são claras ao trabalhador, mas que o conduz (...) para o “cumprimento dos objetivos traçados na programação, que é realizada de forma unilateral pelas empresas.” (ALVES, *ett. all*, 2020, p. 95)

Havia perguntado aos entrevistados B e C como se deslocavam para a região da Avenida Paulista:

Então, pra mim e pro entrevistado C, a gente mora praticamente um do lado do outro. A gente tem que pegar o trem que são mais ou menos,

se tiver em um dia bom, uma hora e vinte pra vir. Se tiver num dia ruim, umas duas horas pra chegar até aqui.

Os entrevistados B e C, para trabalharem com as entregas, tem que se deslocar para a região da Avenida Paulista, saindo de onde vivem, passando em média de uma hora e meia a duas horas no transporte. O mesmo acontece com os Entrevistados D e E, que também se deslocam de onde vivem para fazer entregas na região da Avenida Paulista, como é relatado a seguir.

Entrevistado D:

Eu: O senhor tem se deslocado pra vir até a região da Avenida Paulista?

Entrevistado D: Sim, venho de trem. De trem, metrô.

Entrevistado E:

Eu: Você é de que lugar aqui de São Paulo?

Entrevistado E: Aqui eu moro na Vila Prudente. Eu venho de metrô.

Como podemos observar, todos os entregadores se deslocam de onde vivem para a região da Avenida Paulista, sem que as empresas arquem com isso. Ao conversarmos a respeito do porquê se deslocam para essa região, a resposta do Entrevistado D foi a seguinte:

Entrevistado D: É porque essa região aqui, vamo dizer assim, é onde é o capital de giro do Brasil. É a Paulista. Onde tá o nosso lucro mesmo do Brasil é essa avenida aqui. Onde tem várias empresas, então tem muito funcionário. Então é onde eles pedem.

Eu: Você sente que aqui tem mais demanda do que em outros lugares?

Entrevistado D: Sim. Aqui é o ponto X da questão. Aqui é onde a gente anda e onde a gente começa.

A resposta do Entrevistado B:

Eu: O motivo que você escolheu trabalhar nessa região foi qual?

Entrevistado B: Exatamente porque eu acredito que é uma região que toca mais aqui em São Paulo.

A região da Avenida Paulista, como o Entregador D relata, é onde os entregadores começam as entregas, e como destacado pelo Entrevistado B, é o local que tem maior demanda e maior número de pedidos. Em consonância a esses relatos, segundo matéria produzida durante o ano de 2022 por um

levantamento de campo em pesquisa da Universidade de São Paulo (USP):

(...) verificou-se que a distribuição dos pontos de bicicletas compartilhadas e os sistemas de bonificação, por meio das quais os entregadores recebem um valor extra para cada entrega, forçam o deslocamento desses entregadores para as áreas mais centrais da cidade, onde já se concentram os restaurantes e os clientes mais abastados (Le Monde Diplomatique Brasil, 2022)⁹

Dessa forma, os entregadores que moram em bairros periféricos da cidade de São Paulo e da Grande São Paulo, passam horas a fio se deslocando entre trens, metrô, ônibus e outros meios de transporte para chegar à região da Avenida Paulista. Isso ocorre porque, de acordo com o levantamento realizado pelo próprio IFood¹⁰, os bairros com maior concentração de pedidos estão localizados justamente na região central de São Paulo, incluindo o Jardim Paulista, que abriga a Avenida Paulista e seu entorno.



Fotografia 5:

Avenida Paulista: onde tudo acontece

Fonte: Autoria própria (18/11/2024)

⁹Disponível em: <https://diplomatique.org.br/concentracao-de-entregadores-nas-regioes-mais-ricas-da-capital-paulista/> Acesso em 30/01/2025

¹⁰Disponível em: <https://diplomatique.org.br/concentracao-de-entregadores-nas-regioes-mais-ricas-da-capital-paulista/> Acesso em 30/01/2025

Em conversa com o Entrevistado A sobre essa região:

Entrevistado A: Essa região é uma área comercial e residencial, então eu tenho picos de entrega no café da manhã, que é o pessoal comercial. Vai lá na área do comercial, hotéis. Então é uma área que é diversa. Essa área tem de tudo, então por isso que ela é uma das áreas que mais toca, porque são áreas onde tem a parte comercial, residencial e a parte de hotel, então a demanda de clientes é bem maior. Aqui eu vou ter demanda no café da manhã, almoço, café da tarde, janta e de madrugada também. Tem entregador que trabalha de madrugada, porque é uma área de alta demanda. Por esse motivo que eu escolhi trabalhar aqui. Sei que é uma área que não vou ficar parado.

O entrevistado A menciona que vai para a região Avenida Paulista por ter maior demanda de pedidos, justamente onde se concentra a área comercial. Com isso, é possível visualizar que os aplicativos direcionam os entregadores para as regiões que possuem maior demanda, apesar de afirmarem que podem atuar onde e quando quiserem. Esse deslocamento ocorre de forma arbitrária e unilateral, sem que se tenha de fato a autonomia dos trabalhadores.

3.4. MEIO DE TRABALHO

Para atuar como entregador(a) de *delivery*, inicialmente, é necessário possuir o meio para realizar esse trabalho, sendo bicicleta, carro ou moto, ou seja, seu meio de deslocamento, que é, em última instância, seu instrumento de trabalho. Temos como grupo pesquisado aqui, aqueles que trabalham com bicicletas.

Em contato com os entregadores, conversamos a respeito das bicicletas como meio de trabalho. Perguntei a eles se a bicicleta que tinham era própria ou alugada. Todos os entregadores, sem exceção, responderam que eram alugadas, algumas até mesmo pelo próprio IFood, que tem parceria com a empresa Tembici¹¹. Ao longo da conversa, também percebi um aspecto importante, de que todos utilizam a bicicleta elétrica. Vamos ver a seguir a conversa na íntegra a respeito disso:

Eu: Quanto a bicicleta de vocês, ela é alugada ou é própria?

¹¹Tembici: empresa de aluguel de bicicletas. A empresa Tembici e IFood possuem parceria que se direcionam aos entregadores de *delivery* para o aluguel de bicicletas. A parceria ficou conhecida como: IFood Pedal.

Entrevistado B: É alugada. A gente faz um plano com a empresa Tembici que é parceira do Ifood, e a gente paga 95 reais semanal. Aí a gente fica com o modal de bike elétrica, então as corridas tendem a cair mais pra nois e os km abaixar do que trabalhar com bike própria.

Eu: O que levou você a querer alugar a bicicleta?

Entrevistado B: Então, exatamente isso. Eu trabalhava com a minha bike própria, então pegava corrida de três km a cinco km, que eu acho que é muito injusto pra bike, que eu acho que já é rota pra moto. Aí os meninos me falou que se eu pegasse uma bike elétrica dessa, os km ia cair bastante. Eu ia conseguir pegar corrida de metros, até dois km, aí foi isso que me levou a pegar essa bike elétrica deles.

Durante a conversa com o Entrevistado B, ele relata que, ao alugar a bicicleta elétrica por meio do IFood, recebe mais pedidos de entregas, além de diminuir a distância das corridas. Tendo em vista isso, a empresa IFood induz os entregadores a aderirem as bicicletas elétricas que beneficiam e geram lucros para sua própria empresa. Em suma, os entregadores pagam para trabalhar para a empresa, “arca com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizado na exata medida das demandas do mercado” (ABÍLIO, 2020, p.112).

Ou seja, a adesão à bicicleta elétrica da empresa parceira do IFood, não se dá por meio da autonomia dos entregadores, mas por meio da coerção de piores condições de trabalho para aqueles que não adotarem esse modelo de deslocamento e de ferramenta de trabalho, que gera lucro para eles. A penalização aos entregadores que não aderem esse modelo ocorre por meio de maiores distâncias de corridas e de receberem menos pedidos de entrega. Dessa forma, aderir o modelo “sugerido” pelo IFood se torna uma exigência, não mais uma escolha ou autonomia.

Nessa mesma conversa sobre as bicicletas alugadas, conversamos a respeito dos custos de arcar com elas:

Entrevistado A: A minha é alugada também, pago 95 reais semanal. Antigamente era 1,99 reais o dia. Com a parceria, a empresa Tembici viu que é um meio aonde tá lucrando. Aí foi pra 95 reais semanais, e assim não para, né.

Eu: Vocês conseguem arcar semanalmente com isso?

Entrevistado A: A gente tem que arcar, se não a gente vai trabalhar como? Sem a bicicleta eu não consigo trabalhar. A meta da semana é fazer o dinheiro da bike, depois fazer o dinheiro das minhas contas e depois fazer o dinheiro onde eu possa ter um lazer, tipo comer, beber, sair um final de semana, que eu acho que isso todo mundo merece, né. Todo trabalhador merece aquele momento de descanso. Tipo, hoje tô a fim de comer fora com a família, sair com meu filho. Então a gente tem três etapa pra ser cumprida além da semana. Primeira é fundamental, meu instrumento de trabalho que é a bicicleta...

Entrevistado B: Querendo ou não a gente já começa com menos 95 reais a semana, que é os 95 reais da bike. Daí você tira a passagem, tem tudo isso. Você começa no saldo negativo querendo ou não.

Eu: Já começa meio que devendo então?

Entrevistado B: É, já começa no saldo negativo querendo ou não.

As empresas encontram nos entregadores um meio de aumentar seus lucros, sem assumir nenhum custo. Além de não arcarem com os custos do trabalho que os beneficia, transfere aos entregadores a responsabilidade das despesas da modalidade do meio de trabalho que foi induzido por eles, para gerar e maximizar ainda mais o lucro.

Como mencionado pelos entregadores, eles iniciam a semana em dívida com essas empresas na qual prestam serviços, e tentam, trabalhando por meio delas, garantir seu sustento. Ou seja, ao mesmo tempo que o aplicativo exige um modelo de dinâmica de trabalho, faz com que os entregadores arquem com ele. Ao mesmo tempo que o trabalho dos entregadores na plataforma garante de certa forma seu sustento, também geram dívidas e saldos negativos, ao terem que se responsabilizar pela modalidade de trabalho que é induzida pela própria plataforma de trabalho.

Dessa forma, os entregadores não trabalham inicialmente para si e para seu sustento, trabalham antes de tudo, para arcar com o custo do seu instrumento de trabalho. Instrumento de trabalho este, que beneficia principalmente as empresas IFood e Tembici, que lucram com isso. Como mencionado pelo Entregador A: “A meta da semana é fazer o dinheiro da bike(…)” (Entrevistado A, 2024).

Nesse sentido:

Trabalhadores e trabalhadoras com seus instrumentos de trabalho arcam com suas despesas de seguro, manutenção, alimentação etc. Enquanto isso, o “aplicativo”, em verdade, uma corporação global, praticante do trabalho ocasional e intermitente, se apropria do sobretrabalho gerado pelos serviços dos motoristas, sem preocupação em relação aos deveres trabalhistas. (PRAUN&ANTUNES, 2020, p. 180)

Em suma, como vimos anteriormente, as empresas se apropriam do trabalho, sem se responsabilizar pela realização dele, tampouco quanto aos deveres trabalhistas. Lucram sem arcar, enquanto o entregador, na prática, paga para trabalhar, arcando semanalmente com o custo da bicicleta elétrica fornecida

pelo próprio aplicativo em parceria com outras empresas.

3.5. CONDIÇÕES DE TRABALHO

Para discorrermos sobre as condições de trabalho, é preciso escutarmos os diversos relatos dos entregadores que foram entrevistados, relatando como vivenciam as condições na qual estão inseridos. Antes, para introduzir os temas que serão apresentados, pretendo falar brevemente das características dessa modalidade de trabalho de entregas de *delivery*.

Antes, é fundamental entendermos que, ao vivermos no sistema capitalista, necessitamos vender nossa força de trabalho como meio de sobrevivência. Para Antunes, nós trabalhadores, nos dedicamos exclusivamente ao trabalho como uma atividade vital, já que é o único meio de subsistência, e que, dessa forma, segundo Ruy Braga (2020), há a mercantilização do nosso trabalho, em que o objetivo é gerar mais lucro para o sistema, para as empresas privadas mundiais e para a classe dominante. “O sistema inteiro da produção capitalista baseia-se no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria” (MARX, 2013, p. 612).

Esse processo de gerar ainda mais lucro se dá por meio de reformas trabalhistas, de projetos políticos, sociais e econômicos que enfraquecem as condições sociais e as condições de trabalho, como mencionado anteriormente, pois “a precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo (...)” (ANTUNES, 2018, posição 850).

Visto isso, “é como se todos os espaços existentes de trabalho fossem potencialmente convertidos em geradores de mais-valor, desde aqueles que ainda mantêm laços de formalidade e contratualidade, até os que se pautam pela aberta informalidade (...)” (ANTUNES, 2018, posição 1.080). Segundo Druck, trata-se de um contexto “de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho” (DRUCK, 2011. p. 42).

Nesse sentido, com a crise do cenário trabalhista no Brasil, da dissolução das leis de proteção ao trabalho e do desemprego crescente, o trabalho de entregas por aplicativo cresceu exponencialmente, com novas relações e condições trabalhistas.

Segundo Antunes, os trabalhos informais, sendo um deles de entregador de *delivery*, adere um contingente de trabalhadores que transitam entre o desemprego e o trabalho precário, vivendo uma situação que inicialmente era provisória e se transformou em permanente (ANTUNES, 2018).

Ao mesmo tempo que o cenário trabalhista expulsa o contingente de trabalhadores do mercado laboral, os trabalhos informais, incluindo a categoria de entregador de *delivery* de aplicativo, aderem trabalhadores que estão em situação de desemprego ou em condições de trabalho precárias, ávidas por qualquer labor.

A perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários, nos planos objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada, ou de “desfiliação” social (Druck, 2011a). (DRUCK, 2011, p. 43)

Esse contexto de precarização abre margem a esse novo modelo de trabalho e de extração de mais-valor, “de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum” (DRUCK, 2011, p. 43).

Assim, a precarização social tem suas raízes na condição de desempregado e na ameaça permanente da perda do emprego, que tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. É dessa forma, por meio do desemprego estrutural e da precariedade das condições de trabalho, que o trabalho informal se constitui agora como parte do cenário trabalhista no Brasil (DRUCK, 2011). Para tanto, falaremos sobre as características dessa nova modalidade de trabalho a seguir.

O trabalho de entregas de *delivery* por aplicativo, assim como outros trabalhos informais, se caracteriza por não possuir vínculo e relação trabalhista, o que configura na ausência de direitos. Conforme Antunes (2018), a forma de inserção no trabalho informal é de extrema precarização, baixa remuneração e oclusão do papel protetor básico da legislação trabalhista, como aposentadoria, FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço], auxílio-doença, licença-maternidade; se [os trabalhadores] ficarem doentes são forçados a parar de

trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda.

Além do fato de não possuir os direitos trabalhistas básicos, não há remuneração fixa como salário, assim como “não há horário fixo de trabalho e as jornadas com frequência avançam pelas horas vagas em função da necessidade de se aumentar a renda” (ANTUNES, 2018, posição 1.119-1.120). São jornadas de trabalho que ultrapassam mais de 12 horas seguidas para ter a renda necessária ao fim do mês. Além disso, há o tempo de trabalho não remunerado, em que os trabalhadores ficam à espera de uma nova chamada, enquanto são invisibilizados pela empresa pelo seu tempo de espera.

Para Antunes (2018), outra característica desse modelo de trabalho é o da informalidade remeter à figura dos trabalhadores assalariados sem registro, estando a margem da legislação protetiva, uma vez que perderam o estatuto de contratualidade e passaram da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira, o que os exclui do acesso das resoluções presentes nos acordos coletivos de sua categoria e os torna desprovidos dos direitos existentes para aqueles que têm contrato formal de trabalho.

Pensando nesse sentido, o que sucede é que, os trabalhadores trabalham em condições de assalariados, enquanto esse vínculo não é reconhecido pelas empresas. Em entrevista concedida, Ruy Braga (2020)¹² destaca que, os trabalhadores não trabalham para si, trabalham para as empresas. Dessa maneira, as empresas burlam as leis trabalhistas como forma de rentabilidade, pois exploram sem reconhecer o vínculo empregatício.

Ao longo das conversas que tive com os entregadores, alguns temas foram abordados, e ao longo desse subcapítulo vou apresentá-los. Quando conversei com o Entrevistado D, um senhor de 63 anos, conversamos a respeito dos aplicativos de delivery e de como era para ele trabalhar nessas plataformas:

Tem que trabalhar, a gente recebe por semana. Tem semana que não é boa, mas quando a semana é boa, cê tem que aproveitar aquela semana que é boa, porque cê pode contar que a outra semana não vai ser tão boa assim. Entendeu?

Em sequência, perguntei a ele se havia alguma constância da demanda de pedidos das entregas:

¹²Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/greve-entregadores-precarizacao-trabalho-aplicativos/> Acesso em 29/10/2024

Depende muito, porque, que nem, mês passado teve páscoa, teve Lollapalooza¹³, teve isso, teve aquilo. A demanda agora essa semana tá ruim por causa desse monte de coisa que aconteceu. O pessoal tá sem dinheiro. Gastos, né?! Então a demanda tá meio caída, né. Daí tem que trabalhar. Tem que correr atrás porque ela tá ruim. Então cê tem que fazer o que o Ifood passar pra você e correr atrás.

No relato do Entrevistado D, ele nos conta que as entregas oscilam muito. Um dia pode ter muita demanda, como no dia seguinte pode também não ter nenhuma. Vemos por meio desse relato que, por ser um modelo de trabalho sem os direitos básicos assegurados, como é o caso da ausência do salário fixo, causa uma instabilidade profunda no que diz respeito a renda dos entregadores, como demonstrado pelo Entrevistado D. Todos os dias, ficam à mercê do acaso, sem garantias de que terá entregas durante o dia.

Além disso, pensando a respeito do que foi relatado pelo Entrevistado D, há o tempo de trabalho não remunerado, em que os trabalhadores ficam à espera de uma nova chamada e “quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram à disposição da nova “dativa” (ANTUNES, 2018, posição 389 - 399).

Nesse sentido, para Ruy Braga (2020)¹⁴, os entregadores ficam sob um vínculo de subalternização e dependência, em que dependem da demanda do aplicativo para conseguir fazer sua renda. Por não possuírem salário fixo como um direito básico nessa nova modalidade de trabalho, os trabalhadores se veem a esmo, esperando pela demanda do aplicativo, e quando ela surge, “daí tem que trabalhar. Tem que correr atrás porque ela tá ruim (a demanda). Então cê tem que fazer o que o *Ifood* passar pra você e correr atrás” (Entrevistado D, 2024).

Como mencionado, quando surge demanda, os entregadores tentam compensar o dia em que não teve, para conseguir fazer a renda de acordo com as suas necessidades. Para compensar a falta de demanda de outros dias, trabalham horas a fio, suprimindo a demanda do aplicativo, pois sua renda depende disso.

No dia em que o entrevistei, perguntei como estava sendo a demanda de

¹³Lollapalooza é um festival de música que acontece todo ano desde 2012 no Brasil.

¹⁴Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/greve-entregadores-precarizacao-trabalho-aplicativos/> Acesso em: 29/10/2024

entregas do dia. Em sua resposta, vemos a inconstância da demanda de entregas:

Eu: Como tá sendo hoje pro senhor aqui?

Entrevistado D: Hoje pra mim já tá sendo bom. Não tá ótimo, mas já tá sendo bom, entendeu?! Ontem eu não tava muito bem e fiquei em casa, mas ontem de ontem que foi quarta-feira, já tava ruim, hoje é sexta, já tá bom.

Prosseguindo com a conversa do Entrevistado D, ele menciona que ainda não se aposentou, e que por isso: “eu pago CNPJ, eu pago INSS. Não sou aposentado ainda. Ainda tenho dois anos. Faltam dois anos pra mim aposentar” (Entrevistado D, 2024). Com isso, pela ausência dos direitos trabalhistas, o Entrevistado D, apesar de estar trabalhando, tem que pagar o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) para comprovar sua atividade laboral. Paga também o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para garantir sua aposentadoria. Ou seja, a empresa de aplicativo que lucra com seu trabalho, não arca com seus direitos mais básicos. Esse trabalho é de tamanha invisibilização, em que o próprio trabalhador tem que pagar CNPJ e INSS para provar que de fato está trabalhando.

Prosseguindo com as entrevistas, conversando com o Entrevistado E, falamos a respeito de como ele enxerga as condições de trabalho e como é sua relação com o aplicativo, entre outras coisas. A conversa a seguir:

Eu: Como você enxerga a relação de trabalho com o aplicativo? Como que é?

Entrevistado E: Infelizmente é a mesma questão, por mais que eu tenha essa liberdade, você ainda fica preso a patrão, porque querendo ou não, eles são os donos, eles que vão pagar. Difícilmente você vai ter um serviço voltado pro funcionário. Vai ser sempre voltado pro patrão. Então, infelizmente você vai aceitar essas condições na qual você trabalha até certo ponto, até ser viável pra você. E quando tiver ruim, infelizmente é achar coisa melhor. É nunca parar mesmo! Depender disso, por mais que tenha essa liberdade, ainda dependo. Então é bem complicado, é bem complexo. Você pega Ifood, é mais fácil de trabalhar, rappi é mais complicado, mas recebe mais. Cada uma tem eu lado bom e seu lado ruim.

No relato do Entrevistado E, ele nos diz que a relação com o aplicativo, que é uma empresa privada global, é uma relação de dependência, já que dependem do trabalho e do pagamento de seus serviços. Para além disso, ele também nos conta que, as condições de trabalho e a relação com o aplicativo é

voltada exclusivamente para a empresa, para o patrão. Ele, na condição de trabalhador que presta serviços à empresa, vende sua força de trabalho em troca de salário, até mesmo em trabalhos informais.

Como o próprio Entrevistado E relata, existe um vínculo de dependência entre o trabalhador e a empresa em que prestam serviços, pois, como mencionado anteriormente:

“(...) Você ainda fica preso a patrão, porque querendo ou não, eles são os donos, eles que vão pagar. Dificilmente você vai ter um serviço voltado pro funcionário. Vai ser sempre voltado pro patrão”

A empresa, por sua vez, busca “formas de trabalho que procuram ocultar esse assalariamento por meio do mito do trabalho autônomo” (ANTUNES, 2018, posição 408). Seguindo nesse sentido, Antunes (2018) pontua que:

Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há possibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada que os trabalhadores e trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. (ANTUNES, 2018, posição 224 - 233)

Ou seja, apesar de promoverem esse modelo de trabalho como autônomo, o que vemos na realidade é uma relação unilateral, em que apenas a empresa se beneficia e dita o que tem que ser feito, por meio de demandas, metas etc. No que diz respeito a relação unilateral e arbitrárias dessas empresas, veremos nos relatos a seguir.

Em conversa com o Entrevistado A e B, conversamos sobre como enxergam as condições de trabalho, e a resposta do Entrevistado B foi a seguinte:

Eu: Como vocês enxergam as condições de trabalho?

Entrevistado B: Eu enxergo que podia melhorar muito. Eles podiam criar um canal, não só o instagram de entregadores, que querendo ou não o lfood só faz pra mídia. Pra trazer mídia e dinheiro pra eles. Eu acho que podia criar um canal de atendimento aos entregador pra melhorar nossa situação de trabalho, entendeu? Porque muitas vezes a gente quer ser ouvido, daí a gente tem que ir pra rua pra fazer manifestação e alguma coisa do tipo, e muitas vezes a gente não é ouvido. Então eu acho que eles deviam criar alguma maneira de poder escutar mais a gente, tendeu?

Tendo em vista o relato do Entrevistado B, não há comunicação entre o aplicativo e os entregadores e, conseqüentemente, não há autonomia por parte dos trabalhadores, já que não existe um diálogo entre ambas as partes. Como o Entrevistado B menciona “a gente quer ser ouvido, daí a gente tem que ir pra rua pra fazer manifestação e alguma coisa do tipo, e muitas vezes a gente não é ouvido” (Entrevistado B, 2024). Portanto, o trabalho é ditado pelo aplicativo e os entregadores apenas cumprem com o que é exigido, sem haver comunicação e a escuta de suas demandas.

O Entrevistado B acrescenta:

Eu: Não existe uma comunicação entre o Ifood e os entregadores?

Entregador B: Não, não existe. Eles manda pesquisa dentro da plataforma, mas a gente sabe que aquilo ali, eles não vão levar pra frente, tendeu. Que nem a gente de bike, a gente não gosta de pegar dois pedido, então sempre que eles manda dois pedido e a gente recusa, eles pergunta por que a gente recusa, e a gente manda pra eles, e eles não muda. Não muda, entendeu. Então eu acho que eles devia criar um canal de atendimento diretamente com o entregador, entendeu. Não por terceiros, mas diretamente com o entregador.

Segundo o Entrevistado B, o aplicativo e as empresas impõem um modelo de trabalho, como exemplificado no caso das entregas com dois pedidos, sem qualquer acordo prévio com o entregador. O aplicativo apenas solicita e exige que o entregador realize a entrega de ambos pedidos em uma única corrida. Quando os trabalhadores se negam a corresponder essa demanda, a plataforma intervém, questionando o motivo da recusa. Mesmo quando os entregadores relatam o porquê, o aplicativo e a empresa se negam a modificar a exigência e a tomar qualquer medida a respeito.

Desse modo, embora as empresas digam que o trabalho é autônomo e flexível, a flexibilidade funciona apenas para eles, quando se negam a se comunicar e tomar ação a respeito das demandas dos entregadores. Não existe uma relação de autonomia e liberdade por parte dos entregadores, mas de submissão ao aplicativo, a empresa e ao patrão. Os entregadores são obrigados a atender suas demandas e seus chamados.

Durante a mesma conversa, o Entrevistado A comentou sobre a questão da entrega com dois pedidos, como mencionado pelo Entrevistado B:

Em questão da ferramenta de trabalho, igual como ele citou (entrevistado B), esse negócio de duas entregas, pô, se você tá solicitando que eu leve duas entrega pra você, automaticamente você tem que me pagar duas corridas. Então, isso é um ponto que eu acho muito errado da parte deles. Pra quem que fica o outro valor da outra entrega? Porque a partir do momento que eu tô levando dois pedidos, dois clientes tão pagando a mesma taxa. E por que eu vou receber só uma? Então eu acho que não está certo.

Aqui, o Entrevistado A nos conta que, ao fazer duas entregas, eles recebem apenas pelo valor de uma, e questiona para quem fica o valor da outra entrega realizada por eles. Certamente, o valor da outra entrega fica para a empresa e aplicativo que lucram por meio do trabalho dos entregadores, sem arcar com os custos da realização dele.

Para Antunes (2018), há a troca desigual entre o valor produzido e o que se recebe disso. Vimos com o Entrevistado A, que ele recebe apenas uma parcela de seu trabalho, enquanto a outra é destinada ao aplicativo, mesmo quando quem realizou o trabalho e arcou com os custos de forma integral foi ele. A isso, chamamos de mais-valor, que é quando a empresa extrai o lucro sobre o trabalho alheio.

Dessa forma, como demonstrado anteriormente, além de não receber de forma justa pelo seu trabalho, o valor do que foi produzido é extraído pela empresa que diz que os entregadores são “empresários”, “autônomos” e “patrões de si mesmos”, enquanto negam a condição de que os trabalhadores na verdade prestam serviço a empresa, essa mesma que extraí dessa condição de trabalho o seu lucro. Ainda conforme Antunes (2018), a classe trabalhadora, em sua nova morfologia, participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas cadeias produtivas globais, por meio das formas de intensificação do trabalho, da burla dos direitos, da superexploração, da vivência entre a formalidade e a informalidade, da exigência de metas e da rotinização do trabalho. Além da empresa extrair seu lucro negando o vínculo empregatício entre a empresa e os entregadores, intensificam o trabalho, como é o caso em que os entregadores são direcionados a realizar a entrega de dois pedidos, enquanto recebem apenas por um.

Como demonstrado, o trabalhador participa involuntariamente do processo de valorização do capital e do mais-valor por meio da superexploração da intensificação de seu trabalho, enquanto não recebe justamente por isso.

Para Marx:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. (...) Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (...) exige de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. (...) Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, 2013, p. 706)

Com isso o trabalhador produtivo é aquele que atende todas as demandas, que vivencia a superexploração, a intensificação do trabalho, a intensificação do tempo de produção, a intensificação do sistema de metas. O trabalhador produtivo, por sua vez, é aquele que vive inteiramente para o trabalho em condições insalubres, apenas para favorecer o lucro do patrão, do aplicativo, das grandes empresas privadas, pois enquanto os salários dos trabalhadores forem baixos, o lucro do capital é alto (ROLNIK, 2004).

Além de passar por esse processo de superexploração e precarização do trabalho, os trabalhadores não possuem estrutura digna para trabalhar. O Entrevistado A demonstra isso em sua fala:

E fora outros meios também que eles podiam melhorar, até mesmo o suporte ao entregador. Tipo, o entregador não tem um local onde ele possa almoçar, carregar a bicicleta. Então eles podiam melhorar um pouco mais, pela renda, pelo tamanho que é o lfood hoje dentro do mercado brasileiro. Dentro do Brasil ele é muito forte. Então pô, eles têm condições de melhorar a nossa estrutura.

As condições de trabalho dos entregadores são precárias com a ausência de direitos trabalhistas, e para além dessa questão, a estrutura para o funcionamento desse trabalho também é. Não existe qualquer tipo de apoio e de suporte para que os trabalhadores tenham espaço para se alimentar, para descansar no intervalo entre as entregas, bem como um espaço para carregar a bateria das bicicletas elétricas. Os entregadores dependem dessa estrutura para dar continuidade ao trabalho no dia a dia.

Durante o período em que o entregador está na rua trabalhando, precisa recarregar a bateria da bicicleta para permanecer se locomovendo. Como farão isso sem um local apropriado fornecido pela empresa na qual trabalham e

prestam serviço? O entregador também precisa se alimentar. Em que local podem ter um espaço adequado para se alimentarem? Esses espaços não existem.

Os trabalhadores ficam a esmo, sem qualquer tipo de estrutura durante todo o dia enquanto trabalham. A empresa que se apropria do trabalho dos entregadores para si, é a mesma que não se responsabiliza com os custos desse trabalho, terceirizando essa responsabilidade inteiramente aos entregadores.

Além disso, seguindo com os temas que foram abordados ao longo das conversas, o Entrevistado A mencionou algo importante que pode acontecer eventualmente com os entregadores no percurso de trabalho, que é a ocorrência de acidentes, pois estão em vulnerabilidade percorrendo ruas e avenidas de bicicletas, estando constantemente expostos aos carros, motos, ao trânsito e a violência da cidade.

Uma vez que a mobilidade urbana das grandes cidades como São Paulo, contemplam somente os carros, deixam de lado aqueles que se deslocam de bicicleta e outros meios de transporte. Como nos aponta Rolnik e Klintowitz (2011), é um modelo de cidade do automóvel, impondo como principal meio de transporte e deslocamento os carros e veículos motorizados. Os entregadores que transitam de bicicleta são invisibilizadas por esse projeto de mobilidade urbana, e por isso, estão suscetíveis a sofrer acidentes de vários tipos, colocando em risco a própria vida.

Mesmo estando inseridos nesse modelo de circulação da cidade e de estarem constantemente suscetíveis a acidentes, o aplicativo e a empresa não prestam nenhum tipo de suporte. Quanto a isso, o Entrevistado A menciona uma vivência que presenciou:

Entrevistado A: Tem muita coisa a melhorar, muita! Muita coisa!

Eu: Você poderia falar um pouquinho sobre?

Entrevistado A: Dentro do que aconteceu com outras pessoas. Comigo, graças a deus não aconteceu. Teve pessoas que se acidentou, e tipo, o suporte que eles dão não é o suporte onde eu acho justo e honesto ali, porque a pessoa tá trabalhando pra eles, e eles não dá um respaldo. E a pessoa teve que entrar na justiça, teve que ter mó trabalho por um fato que aconteceu com ele, um acidente no percurso de trabalho, ele trabalhando ali. E tipo assim, eu acho que eles deveriam olhar um pouco mais pro lado entregador, porque é o entregador que leva o nome deles. Então eles tinham que valorizar um pouco mais.

Aqui, o Entrevistado A diz que presenciou entregadores se acidentarem sem a empresa dar nenhum tipo de suporte, mesmo quando se acidentaram justamente por estarem trabalhando, na rota de uma entrega.

As formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social (...). (DRUCK, 2011, p. 47)

Dessa maneira, como o Entrevistado A relatou, vemos que é um trabalho sem proteção social, fazendo com que os trabalhadores estejam constantemente vulneráveis e em contextos de insegurança enquanto trabalham. Para garantir o mínimo de seus direitos mais básicos, são obrigados a recorrer à justiça e outros meios para conseguir serem visibilizados quanto aos seus direitos. Assim como o modelo de trabalho não contempla os entregadores, o modelo de cidade também não. De forma conjunta as dinâmicas de trabalho e a cidade com seu modelo de urbanização e de mobilidade marginalizam o trabalho dos entregadores.

3.6. RELAÇÃO COM A CIDADE POR MEIO DO TRABALHO

Quando pensamos na cidade, pensamos em tudo que a compõe, as dinâmicas que ela integra e abriga. A cidade, como Raquel Rolnik (2004) menciona, é um imã, no sentido de que ela acontece junto a seus fenômenos urbanos. É na cidade que vemos os fluxos de pessoas e de automóveis. A cidade se estende com “sua potência devoradora de expansão e circulação” (ROLNIK, 2004, p. 9) de mercadorias, de dinheiro, de calor humano, de violência. Vemos seus estabelecimentos, seus pontos de lazer, seus barulhos, sua aglomeração. Suas placas, suas esquinas, suas lacunas. Vemos também sua acumulação de riqueza e de pobreza. Vemos uma cidade estilhaçada, em que cada estilhaço, é parte de um conjunto.

“A cidade é uma obra coletiva” (ROLNIK, 2004, p. 8), que existe junto a outras dinâmicas, em conjunto aos fenômenos urbanos. A cidade é construída de forma conjunta, e é na cidade que somos compelidos a viver de forma intensa o fenômeno das dinâmicas de trabalho.

Não é de hoje que trabalho e cidade se relacionam, basta vermos como a

cidade de São Paulo se consolidou por ser a capital do trabalho, tanto que encontramos diversos relatos de pessoas que se deslocam para ela justamente para trabalhar. É indissociável pensarmos a cidade de São Paulo sem também pensarmos em suas dinâmicas de trabalho.

A região da Avenida Paulista, espaço delimitado do nosso campo, é marcada desde o começo do século XX pelo trabalho, quando suas ruas e avenidas se beneficiavam do trabalho nos grandes cafezais. Desde muito tempo essa região é marcada pela compra da força de trabalho. Até hoje essa região permanece marcado pelo trabalho, pelo fluxo de capital, de dinheiro e de mercadorias.

Pensando sobre as dinâmicas de trabalho, vemos todos os dias trabalhadores se deslocando para a região da Avenida Paulista, seja para trabalhar dentro de um escritório, em um estabelecimento, assim como trabalhar nas ruas. Em suas ruas e avenidas, vemos constantemente o fluxo dos entregadores de delivery com suas bicicletas, carregando a bag nas costas, se deslocando de um estabelecimento a outro, indo de um edifício a outro. O trabalho dos entregadores faz parte do fenômeno urbano, de suas dinâmicas de trabalho.

Vemos o movimento constante de trabalhadores que se deslocam para trabalhar nessa região. Nesse sentido, gostaria de trazer à tona como os entregadores se relacionam com o espaço que trabalham. Como se relacionam com a cidade por meio do trabalho. Como se relacionam com a cidade que eles mantêm todos os dias, pois sem seu trabalho, as dinâmicas da cidade não acontecem. Hoje, o trabalho dos entregadores mantém toda a cidade.

Conversando com Entrevistado A sobre como ele se relaciona com a cidade para além do trabalho, ele nos diz o seguinte:

Eu: Além do trabalho nessa região, vocês costumam fazer alguma outra coisa por aqui? Vocês sentem que conseguem desfrutar desse lugar além do trabalho?

Entrevistado A: Ah, eu não consigo não, porque meu foco aqui é trabalhar. O meu lazer não é Paulista. Acredito assim, onde se conquista o pão não se come a carne. Então aqui eu conquisto meu pão, não tem tempo de eu comer carne aqui. Meu lazer não é aqui. Os meus lazeres é fora daqui. Tem domingo que é aqui que é fechado e tal, mas pra mim vir aqui é estranho, porque eu tô aqui todo dia trabalhando. Eu vou curtir no meu trabalho? Não tem lógica.

Eu: É mais uma relação de trabalho que você tem por aqui?

Entrevistado A: Esse espaço eu vejo mais como meu trabalho, como

local do meu ganha pão. Eu não consigo enxergar lazer nessa região, até porque o lazer daqui custa muito caro, né? Não tá dentro do meu orçamento. Então infelizmente até isso tem que ser pensado. Eu venho num domingo aqui, venho curtir a Paulista fechada, lazer e tal. Pô, se eu for almoçar ali eu vou deixar o dinheiro de três semanas meu. Então não tem como. Tem como não. Meu lazer é mais tá na comunidade mesmo. (Entrevistado A, 2024).

A região da Avenida Paulista, para o Entrevistado A, é seu local de trabalho, e para ele “onde se conquista o pão, não se come a carne. Então aqui eu conquisto meu pão, não tem tempo de eu comer carne aqui.” (Entrevistado A, 2024). Com o relato do Entrevistado A, percebemos que sua relação com essa região se dá unicamente pelo trabalho, pois a mesma região que ele mantém todos os dias, é a mesma em que ele não pode desfrutar.

Percebo por meio desse relato que essa zona que, assim como antes era comandado por aqueles que tinham domínio quanto a produção de café, ainda hoje é um espaço construído apenas para as classes mais altas, que vivem no centro de São Paulo, enquanto aqueles que vem de regiões mais pobres e periféricas, não conseguem desfrutar, apenas trabalhar.

Tendo em vista o relato do Entrevistado A, o que sucede é um projeto de segregação urbana expressa por meio da divisão entre o lugar de trabalho e o local de moradia. Segundo Rolnik (2004), também há a divisão por atividades e por grupos sociais.

A cena clássica cotidiana das grandes massas se deslocando nos transportes coletivos superlotados ou no trânsito engarrafado são a expressão mais acabada desta separação - diariamente temos que percorrer grandes distancias para ir trabalhar ou estudar. (ROLNIK, 2004, p. 42)

Como demonstrado, há a separação do espaço de trabalho e o espaço de moradia. Segundo Rolnik (2004), os territórios são separados para cada grupo social. Essa segregação do espaço urbano é dividida com o recorte de raça e classe, em que a população mais pobre e negra vive em bairros periféricos enquanto trabalham em regiões centrais e comerciais

Seguindo com o relato dos entregadores, para o Entrevistado B:

Bom, eu também vejo aqui como área de trabalho, e também não me enquadro nas culturas que tem aqui. Acho que aqui é muito diverso, tem muitas peculiaridades, aí eu acho que não me enquadro aqui, tanto com museu, como com cultura, shows. Nosso lazer, como ele falou, é

mais com família, um churrasquinho ali, um clube de piscina junto com a família. Então eu acredito que não curta aqui, não por ser minha área de trabalho, mas também por não me enquadrar na cultura que aqui é adequada.

O relato do entrevistado B vai de encontro ao que diz o Entrevistado E:

Eu: Você então conheceu essa região e vem pra ela pelo trabalho?

Entrevistado E: É, pelo trabalho em si, não por gostar de algo que tenha aqui, mas pelo trabalho. Fora isso, não acho que tem algo que me agrade não.

Eu: Você se identifica com esse lugar e com as coisas que acontecem aqui nessa região?

Entrevistado E: Falar a verdade não, né. O que eu tenho pra mim é que aqui você vai pegar uma região de mundos diferentes, até pela maneira que tudo acontece aqui. Eu sou mais na minha. Não é algo que eu me veja aqui, vamos dizer assim.

No relato do Entrevistado B, ele diz que não se enquadra a cultura da região da Avenida Paulista. Podemos refletir que isso acontece, pois essa região não produz lazer para as pessoas da periferia que trabalham no centro durante todo o dia. É um projeto de cidade que beneficia apenas as classes mais altas. O modelo de lazer e de acesso à cultura é pensado exclusivamente para outras classes, que não aquela que vive do trabalho. É como se o lazer para aqueles que trabalham na região não existisse. É como se a classe que vive do trabalho - os trabalhadores - estivessem lá somente para trabalhar, enquanto a classe dominante estivessem para desfrutar às custas do trabalho alheio.

Dando continuidade ao relato do Entrevistado B:

Eu: É um lugar que vocês estão todos os dias, trabalham aqui. Vocês se sentem parte ou acolhidos por essa região?

Entrevistado B: Não, nenhum pouco. A gente tá aqui todo dia. Todo dia pessoas diferentes vê nós, mas finge que nem vê a gente. Se não for a gente entregador cuidar um do outro, ajudar um ao outro, ninguém vai ajudar. Então se muitas vezes a gente cair na rua, o cara só vai parar pra não quebrar o carro dele. Se não for outro entregador dar a mão pra levantar, ninguém vai dar a mão, entendeu? Então a gente aqui não é nenhum pouco acolhido.

Nesse relato, ele comenta que estão trabalhando nessa região todos os dias, e que ainda assim, são invisibilizados pelas pessoas. Essa invisibilização acontece não só pelas pessoas da região, como também pelo aplicativo e pelas dinâmicas da cidade. Ao mesmo tempo que é um trabalho essencial para a cidade, é também o trabalho invisibilizados desde várias instâncias.

Além de ser um trabalho invisibilizado, como apontado anteriormente, é também marginalizado, desde o momento em que não há leis trabalhistas de proteção ao trabalho e que, por isso, atuam de forma vulnerável sem nenhum tipo de assistência. Essa marginalização se estende também ao meio urbano. Ao passo que é um trabalho essencial na cidade, é um trabalho invisibilizado. No mar de asfalto da cidade de São Paulo, o trabalho dos entregadores é visto apenas como plano de fundo.

A respeito da relação dos entregadores com a cidade, o Entrevistado D diz o seguinte:

Eu: O senhor atua nessa região aqui do centro de São Paulo, e além de trabalhar nessa região, você faz alguma outra coisa nesse lugar além de trabalhar?

Entrevistado D: Bom, como a gente trabalha muito. Na realidade, bom, eu não conheço muito assim, esses negócios assim, essas partes de lazer porque a gente trabalha direto, de domingo a domingo, entendeu? Eu tiro uma folga por semana. Então quer dizer, a Avenida Paulista fecha no domingo e fica fechada até as quatro horas da tarde (16h00), então o pessoal aproveita bastante, tem muita diversão, muita cultura, muita música, né. Mas a gente como tá trabalhando não tem tempo de olhar pra isso. Não dá tempo, porque quando você vê um entregador parado, por exemplo, ele tá parado ali, ou ele foi bloqueado ou ele tá esperando chamar.

Então quer dizer, a gente não para. Não tem tempo de lazer. Que nem, eu gosto muito de praia, mas não tive tempo de ir pra praia ainda. Não tive tempo de pegar minha mulher, meu netinho, minha filha, meu filho e vamo pra praia. Não tive tempo. É só trabalho, trabalho, trabalho, trabalho! Minha mulher outro dia até brigou comigo: Ué, você não vai parar não? Ué, é só trabalhar, trabalhar, e aí? E parar? (Entrevistado D, 2024).

No relato do Entrevistado D, ele diz que não tem tempo para desfrutar da cidade e de lazer, porque não tem tempo para além do trabalho. Isso diz respeito as condições de trabalho, mas também as dinâmicas urbanas, já que trabalho e cidade existem de forma conjunta. Para compreendermos isso, Harvey (2012) diz que a urbanização é um fenômeno de classe, que depende do excedente gerado pelo trabalho, do racismo estrutural e das desigualdades de classe, raça e gênero. Ou seja, esse excedente vem do trabalho dos trabalhadores, englobando homens e mulheres negras, além da população pobre e periférica, pois o desenvolvimento capitalista se reflete diretamente no desenvolvimento urbano (HARVEY, 2012).

As grandes cidades como São Paulo, são estruturadas para a remoção da classe trabalhadora dos centros, portanto, os trabalhadores quando vão a

essa região, é somente e unicamente para trabalhar, pois não há algo voltada a classe trabalhadora que depende do trabalho.

Tendo em vista isso, de que o espaço urbano é estruturado para a remoção da população que trabalha e que vive do trabalho, destituindo lazer e cultura voltada a essas populações:

Eu: Você então conheceu essa região e vem pra ela pelo trabalho?

Entrevistado E: É, pelo trabalho em si, não por gostar de algo que tenha aqui, mas pelo trabalho. Fora isso, não acho que tem algo que me agrade não.

Eu: Você se identifica com esse lugar e com as coisas que acontecem aqui nessa região?

Entrevistado E: Falar a verdade não, né. O que eu tenho pra mim é que aqui você vai pegar uma região de mundo diferentes, até pela maneira que tudo acontece aqui. Eu sou mais na minha. Não é algo que eu me veja aqui, vamos dizer assim.

Eu: Não se sente parte?

Entrevistado E: É, basicamente. (Entrevistado E, 2024)

O Entrevistado E menciona que não se vê nessa região e que da mesma maneira, não se sente parte. É impressionante pensar que, os trabalhadores que passam todo o dia trabalhando nessa zona, gerando lucro, atendendo suas demandas e gerando benefícios, é a mesma que não se vê nela, justamente porque “a territorialização é corporativa, a metropolização é corporativa, os recursos nacionais sendo utilizados sobretudo a serviço das corporações (...)” (SANTOS, 1996, p. 136).

Assim como o trabalho é pensado para gerar lucro a grandes corporações capitalistas, o modelo de cidade também. Tanto a cidade quanto o trabalho compartilham das mesmas dinâmicas, da mesma lógica. Para tanto, é justamente por isso que o trabalho dos entregadores e o trabalho de plataforma acontecem com maior latência nos grandes centros urbanos, sobretudo em São Paulo. O trabalho de plataforma dos entregadores de delivery, são prevalentemente urbanos.

Nesse sentido, o modelo de cidade se apresenta de tal forma que aqueles que trabalham, não tem espaço para o lazer, para o acesso à cultura. Parece que na cidade, quando se é trabalhador, não existe espaço para ser humano, para ser e viver além do trabalho. Sinto ao ver o relato dos entregadores e sua dinâmica com esses espaços, que a cidade apresentada a eles, é somente a

cidade voltada para o trabalho e nada mais.

3.7 POPULAÇÕES AFETADAS PELO TRABALHO PRECÁRIO E PELA BRUTALIDADE DOS GRANDES CENTROS URBANOS: UMA QUESTÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO

Ao longo das entrevistas que tive com entregadores de delivery que atuam na região central de São Paulo, busquei encontrar por mulheres entregadores. Me lembro que durante o ano de 2024, fui inúmeras vezes para a região da Avenida Paulista, caminhando desde o início da avenida, a partir da estação de metrô brigadeiro, até a Rua da Consolação, no final da Avenida Paulista. Desci a Rua Bela Cintra até seu fim, como também percorri a Rua Augusta, sem encontrar nenhuma entregadora com quem eu pudesse conversar.

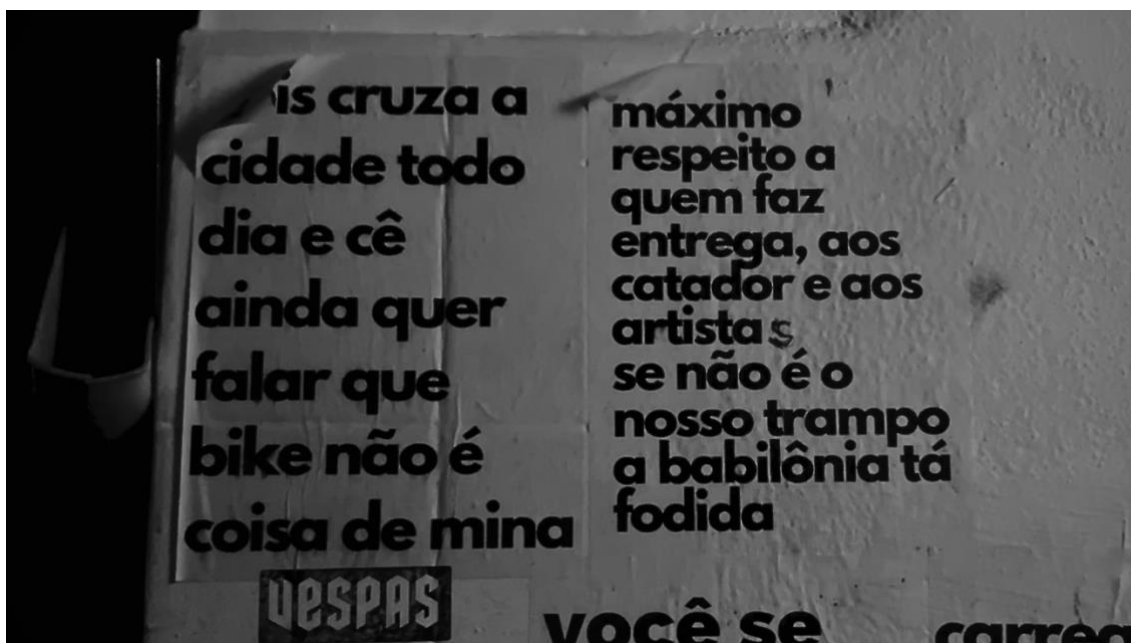


Fotografia 6: Bela Cintra: entre ruas e travessas

Fonte: Autoria própria (18/11/2024)

O relato das mulheres entregadoras não aparece nessa pesquisa, apesar de elas atuarem nas plataformas de entrega de delivery. Há uma invisibilização do trabalho das mulheres entregadoras, seja por atuarem em menor quantidade

comparado aos homens, como também por ser um trabalho majoritariamente masculino, no sentido de que há maior presença de homens nessa modalidade de trabalho. Além disso, a ausência do relato das mulheres entregadoras nessa pesquisa, mostra também que muitas das vezes não estão inseridos no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal.



Fotografia 7: Lambe feito por Lola (instagram: @lola_giroporai)

Fonte: Autoria própria (09/05/2024)

O fato de eu não ter entrevistado nenhuma entregadora mulher, nos leva a refletir também a respeito de como o espaço urbano, e o espaço público no geral, como as ruas, as avenidas, são ocupadas majoritariamente por homens, e de como, historicamente, as mulheres foram colocadas na posição de não ocuparem esses espaços. Historicamente, as mulheres foram condicionadas a estarem em casa, exercendo o trabalho doméstico, que ainda hoje é um trabalho invisibilizado.

Como sabemos, o trabalho de entregador(a) de *delivery*, acontece entre ruas e avenidas, no espaço público. Nesse sentido, a estrutura do espaço físico e geográfico, é também o espaço da estrutura social, em que o nosso contexto reflete também nos espaços públicos de circulação. Ou seja, a mulher na cidade e nessa dinâmica de trabalho é invisibilizada.

Pensando nesse sentido, vale ressaltar que segundo o Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a inserção das mulheres no mercado de trabalho é bastante instável. Segundo os dados realizados pelo DIEESE¹⁵, "no 4º trimestre de 2023, 66,286 milhões de pessoas estavam fora da força de trabalho e, dessas, 42,839 milhões eram mulheres, o que corresponde a 64,6% do total"¹⁶.

Além dessa questão, vemos cotidianamente o quanto a política e a forma de sociabilidade desses espaços exercem incontáveis violências quanto a existência das mulheres, com assédios, misoginia, sexismo, violência sexual e física etc. A todo instante, as mulheres são expulsas dos espaços públicos e dos espaços urbanos, pela dinâmica das grandes cidades e de suas inúmeras violências de gênero.

A questão da invisibilidade das mulheres nos espaços públicos, também nos leva a pensar outras populações que são vulnerabilizadas com o trabalho precário e com a dureza do contexto urbano da cidade de São Paulo, como é o caso da população negra, que durante o passado colonial foi marcada apenas como "unidade de trabalho lucrativas" (DAVIS, 2016) e que ainda hoje permanece marcado por ele, pois ainda assim, é a população que maior é afetada pela desigualdade social, racial e de renda. Como consequência desse retrato social, de acordo com estudo da UNICAMP¹⁷ (Universidade Estadual de Campinas), as crises do mercado de trabalho e a precariedade dele afeta principalmente a população negra.

As questões de raça, estão vinculadas a questões de classe, quando sabemos que, a maioria dos entregadores são negros e que grande parte da classe trabalhadora mais pobre, é composta pela população de homens e mulheres negras também. Em estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 73% da população pobre no Brasil é composta por pretos e pardos¹⁸.

Nesse sentido, durante as entrevistas discorridas anteriormente, vimos

¹⁵Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>

¹⁶Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>

¹⁷Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mais-de-60-dos-motoristas-e-entregadores-de-aplicativo-sao-negros-diz-estudo/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,se%20declara%20preto%20ou%20parado>

¹⁸Disponível em: <https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/pretos-e-pardos-%C3%A3o-mais-de-70-dos-pobres-e-extremamente-pobres-aponta-ibge-1.1429623>

que todos os entregadores eram de bairros periféricos ou longínquos do centro de São Paulo. E é, por sua vez, a população pobre e negra, que se encontram nas periferias ou bairros mais afastados do centro, e que enfrentam horas a fio de transportes coletivos superlotados ou de trânsito na cidade (ROLNIK, 2004).

Além disso, é justamente a população pobre, negra e as mulheres que são impactadas diretamente pela desigualdade racial, de classe e de gênero, expressa principalmente por meio dos trabalhos precários. Desse modo, de acordo com pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 60% dos motoristas e entregadores de aplicativo são negros, e de acordo com o DIEESE, os negros são maioria entre os que têm inserção informal no mercado de trabalho.

Quando conversei com o Entrevistado A, ele relatou sobre sua experiência de trabalhar na região do centro de São Paulo sendo homem negro:

Como eu falei, moro na Brasilândia, sou negro. Já dentro dessa população daqui da região, a discriminação já entra muito. Começa por aí. Por ser entregador a gente sempre vai ser visto como algo negativo. Já começa também por aí. De 100% da população daqui, acho que 20% dá valor... ou melhor, a palavra certa, que tem empatia pelo nosso trabalho, que se coloca no nosso lugar. Aqui não tem empatia nenhuma. Nenhuma!

No relato do Entrevistado A, ele conta que por ser negro e por estar na região da Avenida Paulista, sofre discriminação. Além disso, ele relata que seu trabalho como entregador é visto de forma pejorativa. Tanto o racismo que ele sofre, quanto seu trabalho ser marginalizada, faz parte de um mesmo conjunto, pois o trabalho precário atinge principalmente as populações negras. O trabalho que é realizado majoritariamente pela população negra e pobre é estigmatizado e marginalizado. Nesse sentido, é impossível dissociar as questões de raça com as questões de classe e gênero, visto que a população negra é majoritariamente pobre, enquanto a população pobre é majoritariamente composta por pessoas negras, incluindo homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRABALHO E CIDADE, TRABALHO NA CIDADE

Esse trabalho me possibilitou aprender muito e sua escrita me acompanhou durante muito tempo. Acompanhou as fases da minha vida, e me ajudou, principalmente, a levar em conta a escuta do relato das pessoas. Cada entregador contava as experiências à sua maneira. O relato de um entregador coincidia com o de outro. Apesar de cada relato ser singular e único, ele também é algo de ordem coletiva. Ninguém vivência as experiências sociais de forma isolada.

Enquanto escrevo essas considerações finais, me emociono com a finalização desse trabalho, ao mesmo tempo que também me encontro nele. Durante parte da minha escrita, estive, como ainda estou trabalhando em contrato CNPJ, vivenciando uma, dentre as várias formas de precarização do trabalho. Enquanto escrevia essa pesquisa, levando em conta o relato dos entregadores no contexto trabalhista e urbano, percebi que todos nós, em certa medida, vivenciamos a precarização do trabalho, como também a angústia do desemprego. Como mencionei, ao mesmo tempo que o relato dos entregadores é algo único, também é coletivo. Podemos nos encontrar em suas vivências e em suas percepções, pois assim como a cidade é uma obra coletiva, o trabalho também é.

Ao longo da pesquisa, refletimos sobre a relação das dinâmicas de trabalho precárias com o centro urbano da cidade de São Paulo. Vimos que, a cidade de São Paulo é a cidade que não dorme, com estabelecimentos abertos durante todo o dia e toda a noite, o trabalho dos entregadores de *delivery* acontecem da mesma maneira. As dinâmicas de trabalho acompanham os fluxos da cidade, e vice-versa.

Quando pensei no tema da pesquisa, tinha em mente o trabalho dos entregadores na região do centro de São Paulo, sem saber ao certo como tudo iria se desenrolar, pois quando vamos a campo, o que nos guia são perguntas e incertezas. O “movimento até ali é um movimento que busca saciar tal ignorância e desconhecimento” (SILVA, 2009, p.176). Portanto, foi em contato com os

entregadores e nos momentos de escrita que pude ver o caminho a ser percorrido.

Escrever foi como transcrever tudo o que foi vivido:

A matéria do escrever, isto é, o que a escrita modela, é a matéria da visão, da audição, do olfato, do tato, do paladar, mas sobretudo as sensações compósitas, as percepções produzidas por múltiplos canais, pelos cruzamentos áudio-táteis, palato-visuais, as sensações produzidas pela mistura “daquela música” com “aquele cheiro”. Todos os cinco sentidos estão a modelar os estímulos do campo, alguns deles modelam em operações combinadas. (...) Matéria feita de lembranças, impressões, dúvidas, hipóteses, questões, anotações. (SILVA, 2009, p. 182)

A escrita da pesquisa perpassa pelo que foi vivido, antes mesmo de ser escrito. A escrita se desenrola a partir do ouvir e reouvir as conversas com os entregadores, pensar acerca do que foi relatado. Levar adiante as leituras bibliográficas que condizem com o que foi dito. Para mim, escrever, foi o ato de escutar centenas de vezes os relatos e encontrar meios de transpô-lo aqui, associando a matérias jornalísticas, dados que demonstram essa realidade, bem como a bibliografia necessária para demonstrar a realidade dessas pessoas.

Pensar nas dinâmicas do trabalho precário, nos conduz ao ponto de ver o que antecedeu esse contexto. Como vimos, as leis trabalhistas previstas no regime CLT foram ao longo dos anos sendo dissolvidas, por meio de projetos políticos, econômicos e sociais. O projeto de precarização do trabalho, é uma forma de dissolução dos direitos trabalhistas conquistados arduamente pela classe trabalhadora, a fim de limitar a experiência humana dos trabalhadores somente ao trabalho. Essa realidade faz com que os trabalhadores se encontrem entre o limiar do trabalho precarizado, das más condições de trabalho, do desemprego, e da brutalidade do contexto urbano da cidade de São Paulo.

O trabalho de entregador de *delivery*, como vimos ao decorrer do trabalho, surge como uma das formas de precarização no âmbito trabalhista, e por sua vez, da classe trabalhadora. Dessa forma, vejo que essa precarização da classe que depende do trabalho, afeta diretamente as condições da vida das pessoas e até mesmo as relações com o espaço social e público, como vimos em seus relatos quanto ao trabalho na cidade, e a relação que se dá em trabalhar com entregas na cidade.

Além disso, os temas foram apresentados de acordo com o recorte da

pesquisa, bem como pelo contato com os atores sociais. Como nos aponta Magnani (2003), é em contato com o mundo do outro que produzimos um novo modelo de entendimento. Para entendermos a relação da cidade de São Paulo com a realidade dos trabalhos precários de plataforma em que os entregadores estão inseridos, foi preciso, inicialmente, estar em contato com eles. Refletir, por sua vez, como a cidade e o trabalho se apresenta a cada um, e encontrar seus pontos em comum, pois “há na experiência etnográfica um esforço de compartilhamento” (SILVA, 2009, 179).

Nesse sentido, quando pensamos no trabalho dos entregadores articulado com o modelo de cidade, vemos seus pontos em comum. A cidade apresentada aos trabalhadores vindos de regiões mais periféricas, marginalizadas ou distantes do centro de São Paulo, é apenas a realidade do trabalho. Os trabalhadores se deslocam de outras cidade e bairros, apenas para prestar serviços na região da Avenida Paulista.

As dinâmicas de trabalho, com jornadas exaustivas e condições precárias, não permitem que os entregadores tenham tempo para desfrutar da cidade que eles mantêm todos os dias em suas costas, literalmente.

Então quer dizer, a Avenida Paulista fecha no domingo e fica fechada até as quatro horas da tarde (16h00), então o pessoal aproveita bastante, tem muita diversão, muita cultura, muita música, né. Mas a gente como tá trabalhando não tem tempo de olhar pra isso. Não dá tempo, porque quando você vê um entregador parado, por exemplo, ele tá parado ali, ou ele foi bloqueado ou ele tá esperando chamar. Então quer dizer, a gente não para. Não tem tempo de lazer. (Entrevistado D, 2024)

É uma cidade que a todo instante necessita do trabalho dos entregadores, e que, no entanto, não permite que eles desfrutem dela. Assim como o trabalho precarizado impacta principalmente a população pobre e negra, a segregação urbana também. Há a divisão racial e de classe sobre o espaço. Da mesma forma que os trabalhos de plataforma e aplicativo precarizam o trabalho dos trabalhadores, precarizam também diretamente suas vidas. Como nos lembra o Entrevistado D (2024), não há tempo para lazer, é só trabalho.

Por fim, o que percebo ao longo dessa pesquisa de cunho etnográfico é que, a cidade que se apresenta aos entregadores, é voltada ao trabalho. Assim como as dinâmicas e as condições do trabalho nas plataformas de delivery

limitam os entregadores apenas a trabalhar, a cidade também, quando não alcança a vivência dos entregadores para além disso. Dessa maneira, o que se apresenta é a cidade para o trabalho, e o trabalho voltado principalmente para as cidades.

REFERÊNCIAS

- MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole**. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MAGNANI, J. G. C. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. São Paulo: Tempo social - USP, 2003. p. 82 - 95.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **América Latina: nova urbanização, novo planejamento**. Orientação, São Paulo, n. 7, p. 47-52, dez. 1986.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- DRUCK, G. **Precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 55-73.
- MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2016.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PRAUN, Luci; ANTUNES, Ricardo. **A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 179-192.
- BRAGA, R; ANTUNES, R. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial; 2009.
- GUBER, Rosana. **El trabajo de campo como instancia reflexiva del conocimiento**. In: *El Salvaje Metropolitano*. Buenos Aires: Paidó, 2004.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ALVES, Amauri Cesar; BAGNO, Lorena Isabella Marques; GONÇALVES, Nicolle. **Entregas mediadas por aplicativos e o mito do empreendedor de si mesmo na pandemia do coronavírus.** Revista Direito.UnB, v. 4, n. 2, p. 85-116, 2020.

SILVA, Hélio R. S. **A situação etnográfica: andar e ver.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time.** In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 111-124.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O direito à cidade.** Tradução de Jair Pinheiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf> acesso em: 25/02/2025

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Mulheres no mercado de trabalho: avanços, desafios e tendências.** 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>. Acesso em 25/02/2025

SANTOS, Milton. **As cidades mutiladas.** In: CARDOSO, Ruth; KHEL, Maria Rita; BUCCI, Eugênio; DINES, Alberto; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; TELLES, Lygia Fagundes; PIÑON, Néida; CHAÚ, Marilena; DALLARI, Dalmon; KOVADLOFF, Santiago. O preconceito. São Paulo: IMESP, 1996/1997

ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle. (I)Mobilidade na cidade de São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 89-108, abr. 2011. DOI: 10.1590/S0103-40142011000100007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262752605_IMobilidade_na_cidade_de_Sao_Paulo acesso em 27/02/2025